



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA- UNILAB  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**VALÉRIA OLIVEIRA DE SOUSA**

**A LITERATURA AFRICANA -AFRO-BRASILEIRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES  
PARA UM RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E CULTURAL NA EDUCAÇÃO  
ÉTNICO RACIAL.**

**ACARAPE-CE**

**2020**

VALÉRIA OLIVEIRA DE SOUSA

**A LITERATURA AFRICANA -AFRO-BRASILEIRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES  
PARA UM RECONHECIMENTO IDENTITARIO E CULTURAL NA EDUCAÇÃO  
ÉTNICO RACIAL.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira

**ACARAPE-CE**

**2020**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Sousa, Valeria Oliveira de.

S9691

A literatura africana-afro-brasileira e suas contribuições para um reconhecimento identitário e cultural na educação étnico racial / Valeria Oliveira de Sousa. - Redenção, 2020.

52F: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira.

1. Discriminação na educação - Brasil. 2. Cultura afro-brasileira - Literatura infantojuvenil. 3. Crianças negras - Educação - Literatura infantojuvenil. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 379.260981

---

**VALERIA OLIVEIRA DE SOUSA**

**A LITERATURA AFRICANA -AFRO-BRASILEIRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES  
PARA UM RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E CULTURAL NA EDUCAÇÃO  
ÉTNICO RACIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 28 de janeiro de 2020

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico esse trabalho a uma pessoa muito especial meu noivo Celio, que acima de tudo é um grande amigo, sempre presente nos momentos difíceis, muito paciente, com palavras de incentivo.

Dedico aos meus filhos amados João Ítalo, Raimundo Neto e Heloysa, que nunca reclamaram e sempre entenderam a minha ausência durante este percurso acadêmico, pois o mesmo nos consome muito tempo em nossas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pelo dom da vida, discernimento e sabedoria que me proporcionou chegar até aqui. Sem Ele nada seria possível.

Agradeço o encontro de pessoas maravilhosas que Deus colocou em meu caminho sonhando juntamente comigo, me encorajaram, e acreditaram inteiramente em meu potencial e que nos momentos mais angustiantes foram meu alicerce, destaco em especial minhas amigas Marcela Chaves Ribeiro, Ana Cristina Alencar, Jociene Nascimento, Ana Patrícia de Sena e Telma Aquino, juntas conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

Ao meu querido Orientador Evaldo Ribeiro por todo o seu suporte que apesar da rotina intensa de sua vida acadêmica aceitou este trabalho. As suas valiosas indicações fizeram toda a diferença na realização deste sonho que hoje se concretiza, ao senhor toda a minha gratidão e admiração.

A coordenadora do nosso curso de Pedagogia, Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva, pelo seu comprometimento e dedicação a todos os formandos do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

A Capes e ao programa PIBID e as coordenadoras Profa. Dra. Rosangela Ribeiro da Silva e Profa. Dra. Carolina Maria Costa Bernardo, qual nos deram suporte e contribuíram grandiosamente para realização desta pesquisa.

A EEIEF. Sebastião José Bezerra, a turma do 5º ano de 2019 e supervisora Elzenir Pontes, por nos acolher durante o trabalho na monitoria e estágio realizado neste âmbito, foram momentos de muito aprendizado e crescimento profissional e pessoal.

Por último quero agradecer também a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, e seu corpo docente que demonstrou estar comprometidos com a qualidade e excelência do ensino.

*Conversa*

*- Eita negro!*

*Quem foi que disse*

*Que a gente não é gente?*

*Quem foi esse demente,*

*Se tem olhos não vê...*

*- Que foi que fizeste mano*

*Pra tanto falar assim?*

*- Plantei os canaviais do Nordeste*

*- E tu, mano, o que fizeste?*

*Eu plantei algodão*

*Nos campos do Sul*

*Pros homens de sangue azul*

*Como surra de cipó-pau.*

*-Basta, mano,*

*Pra eu não chorar,*

*E tu, Ana,*

*Conta-me tua vida,*

*Na senzala, no terreiro...*

*-Eu ...*

*Cantei embolada,*

*Pra sinhá dormir, fiz tranças nela,*

*Pra sinhá sair,*

*Tomando cachaça,*

*Servi de amor,*

*Dancei no terreiro,*

*Pra sinhozinho...*

*Solano Trindade.*

# **A LITERATURA AFRICANA- AFRO-BRASILEIRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UM RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E CULTURAL NA EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL.**

## **Resumo**

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as contribuições da Literatura africana e afro-brasileira para um reconhecimento identitário e cultural na educação étnico racial. Visto que as escolas em sua maioria ofertam um currículo monocultural eurocentrado, de certo modo, temos por exemplo as contações de estórias no ambiente escolar, percebe-se que há uma tendência aos contos clássicos com personagens brancos, o que pode afetar na construção pessoal de identidades. Assim faz-se necessário que a escola enquanto instituição formadora e que auxilia na construção das identidades, possam oferecer um espaço pautado na diversidade cultural. Para tanto, temos a implementação da Lei nº 10.639/03 que exige a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares, o que nos abre um leque de possibilidades de exploração dos temas relacionado a cultura, ancestralidade do continente africano, população a qual contribuiu veemente para a formação do nosso país no processo de diáspora. Usou-se como método de pesquisa, a qualitativa, com intervenções pedagógicas sistematizadas a partir das formações e planejamentos mensais do programa PIBID, a qual foram realizadas em de sala de aula do ensino fundamental I, numa escola do município de Redenção. Tivemos como resultados: observamos nas falas e desenhos de autorretratos dos alunos, um reconhecimento como pessoa negra, o que pode ser visto algo positivo apesar da resistência por parte de alguns, algo que nos é compressível, outro ponto foi o despertar do interesse das professoras em trabalhar a temática supracitada, e acolhimento por parte também da gestão escolar.

**Palavras-chave:** Educação Étnico Racial. Identidade Negra. Lei nº 10.639/03.

Literatura Afro-brasileira.

## **Abstract**

The purpose of this course conclusion paper is to analyze the contributions of African and Afro-Brazilian Literature to an identity and cultural recognition in ethnic racial education. Since most schools offer a Eurocentric monocultural curriculum, in a way, we have storytelling in the school environment, for example, it is clear that there is a tendency to classic tales with white characters, which can affect the personal construction of identities. Thus, it is necessary that the school as a training institution and that helps in the construction of identities, offer a space based on cultural diversity. For that, we have the implementation of Law nº 10.639 / 03, which requires the obligation to teach Afro-Brazilian and African History and Culture in school curricula, which opens up a range of possibilities for exploring themes related to culture, ancestry of the continent African, a population which has made a strong contribution to the formation of our country in the diaspora process. It was used as a research method, a qualitative one, with pedagogical techniques systematized based on the monthly training and planning of the PIBID program, one that was carried out in the classroom of elementary school I, in a school in the municipality of Redenção. We had as results: we observed in the students' speeches and drawings of self-portraits, a recognition as a black person, which can be seen as something positive despite the resistance on the part of some, something that is compressible to us, another point was the awakening of the teachers' interest in working on the aforementioned theme, and welcoming by school management as well.

**Keywords:** Ethnic Racial Education. Black Identity. Law 10.639/03

Afro-Brazilian literature.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
1.1 Caracterização do campo de pesquisa: Unidade escolar, participantes e intervenções.....	17
<b>CAPITULO 2 - LITERATURA NEGRA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>21</b>
2.1.Literatura negra na educação, uma importante ferramenta para auto-estima das crianças negras.....	26
<b>CAPITULO 3- FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE CRIANÇAS NEGRAS.....</b>	<b>30</b>
3.1 Repensando as práticas pedagógicas que potencializam a identidade negra.....	34
<b>CAPITULO 4- AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CULTURA NA EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL.....</b>	<b>38</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>6 REFERENCIAS .....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

A proposta de trabalhar sobre a literatura africana e afro-brasileira para um reconhecimento identitário cultural na educação étnico racial, surgiu a partir das reflexões ao longo do curso de Pedagogia na UNILAB, das minhas atuações como bolsista no Programa PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) nos períodos de agosto de 2018 a janeiro de 2020, um subprojeto do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, visto que o curso de Pedagogia tem um currículo afrocentrado, pautado na diversidade, nas culturas africanas e diáspora.

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), instituída pela Lei nº 12.289 de 20 de julho de 2010, sendo uma instituição de ensino superior (IES) atua nos campos de pesquisa, extensão, integração e cooperação internacional, surgiu como um fato também considerado histórico para os moradores do maciço de Redenção, fato que está intrinsecamente ligado com a História e formação da população brasileira. A cidade de Redenção, onde se localiza um do campus- “Liberdade”, foi a pioneira na Abolição da Escravatura, onde extinguiu o regime perverso de escravização da população africana e afro-brasileira. Todavia, por muito tempo, pouco foi feito para reparar tais danos e malefícios causados aos continentes africano e brasileiro.

O curso de licenciatura<sup>1</sup> em Pedagogia da UNILAB, tem como objetivo principal formar profissionais para o exercício da pedagogia, no sentido da produção e disseminação de conhecimentos na perspectiva de uma epistemologia de África e suas diásporas, antirracistas e anticolonial, promotora da efetiva valorização dos saberes científicos e ancestrais, com ênfase nos países que compõem a Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Ministrando o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária de forma diferenciada e inovadora.

Podemos encontrar um diferencial curricular no curso de pedagogia da UNILAB, pois parte de noções e abordagem de modo interdisciplinar, o que está de acordo com a lei 10.639/03. Por considerar as formulações e estruturas dos movimentos negros brasileiros, as manifestações culturais e processos de diáspora negra, dando a visibilidade e quebrando paradigmas em

---

<sup>1</sup> Informações obtidas através do PPP do curso Pedagogia, disponível no site da UNILAB.

oposição aos currículos vigentes, ofertados pelos sistemas atuais de ensinos, e promovendo assim um ensino afrocentrado.

De acordo com Lima, Villacorta e Luiz (2019) a perspectiva da afrocentricidade, ou ensino afrocentrado, não significa diminuir o valor dos conteúdos europeus já existentes no modelo educacional, mas trazer como possibilidade as propostas de ensino e conhecimentos, que sejam complementadas com os valores africanos e seus modos de vida, serem elencados como conhecimentos válidos nos currículos de maneira a ser explorada por igual, “pensar em práticas pedagógicas que amparem a ideia da necessidade de igualdade de conteúdo, vistos que isso afeta construções pessoais e identidades”(p.75), ou seja as escolhas de conteúdo podem marcar positivamente ou negativamente a identidade da criança. Ainda corroborando com Lima, Villacorta e Luiz (2019, p.77):

A afrocentricidade, se apresenta como o próprio nome já sugere, é a centralidade dos povos africanos, seus costumes, suas crenças, suas perspectivas, suas visões de mundo, suas filosofias, é na realidade, sua cultura descrita pelos sujeitos e sujeitas que a constituem, não por outros.

Assim a afrocentricidade no campo educacional, pode ser o primeiro passo para que a sociedade de modo geral entenda o valor desses povos para a construção histórica, tentar desconstruir a visão de um conhecimento dito verdadeiro, explorar culturas outras, não apenas as vindas do continente europeu, certas concepções que inclusive promoveram uma série de epistemicídios, preconceitos e homicídios, que conseqüentemente levaram a negações da identidade.

Para além dos estágios supervisionados, que nos possibilitam estar no ambiente escolar, as componentes curriculares do curso: Educação e literatura negra: potencialidades pedagógicas em narrativas, mitos, fábulas e contos africanos e afro-brasileiros, Políticas Educacionais Curriculares e Descolonização dos Currículos nos Países da Integração, e Auto biografia e Educação, foram fundamentais para o meu processo formativo, visto que trazem toda uma importante abordagem para o percurso na qual foi desenvolvido neste trabalho.

Assim como o PIBID também me proporcionou o contato direto com outras realidades, onde tenho realizado atividades do tipo observações, intervenções e regências, temos explorado as questões étnico raciais e culturais, eixos norteadores também do programa.

Outro fator positivo que eu posso afirmar é que a partir do curso de pedagogia pude me reconhecer enquanto pessoa negra, de modo que despertei para um olhar diferente, a partir de

então me redescobri. O que pensava era comum como uma maioria da população negra, ser uma pessoa de cor parda. Cresci ouvindo discursos de igualdade e democracia racial em todos os lugares, inclusive na escola. E, nesse auto reconhecimento, começaram então as mudanças, a primeira foi não usar mais química no cabelo para alisa-lo, deixei voltar ao natural que ele é, cacheado. Não foi um processo fácil, porque em alguns lugares as pessoas não querem aceitar a maneira que realmente somos e várias são as críticas.

Diante disso, ao chegar na UNILAB, passei a perceber o quanto é importante fazer abordagem, explicações sobre a nossa cultura negra na escola desde cedo. “Se a criança não for preparada desde cedo, dificilmente romperá com os preconceitos possivelmente presentes em seu meio e tenderá a repetir os padrões de discriminação que aprender” (SANTOS, COSTA, 2007, p.2) Pois foi algo que não vivenciei dentro da escola e acredito que são oportunidades para um auto reconhecimento da identidade ainda em fase de criança.

Conhecer sobre nossa origem cultural, advindas de vários povos que “participaram ativamente da formação do povo brasileiro” (JUNIOR e et al. 2012) de maneira a pensar em trabalhar as potencialidades de forma lúdica como possibilidade para reflexão e compreensão dos temas supracitados se torna de suma importância.

Partindo do pressuposto que o uso da literatura negra traz a oportunidade para que os (as) alunos (as) conheçam e reflitam e os direcionem a um auto reconhecimento. Buscar formas de vivenciar, incorporar o personagem das obras, além de fixar maior compreensão sobre a temática, ou seja, compreender o mundo através da literatura.

No entanto, vale ressaltar que o ato de contar histórias não é algo novo, faz parte do cotidiano escolar presente nas salas de aulas da educação infantil e que deve continuar nas séries subsequentes, como afirmam Araújo e Dias (2019):

Entendemos que a literatura, ainda que a despeito de uma suposta desvalorização por parte de crianças maiores, é um dos aportes culturais mais acessíveis e acessados no espaço escolar. Assim, ela pode contribuir efetivamente para a proposta de ampliação dos repertórios culturais, de interpretações sobre o mundo e sobre si mesmas. Além disso, a educação literária, com ênfase na formação leitora crítica, pode fomentar na criança o seu protagonismo[...] (ARAÚJO, DIAS, 2019 p.10).

Entretanto, em algumas dessas práticas de ensino, acontecem com o uso de obras clássicas da literatura infantil brasileira como algo presente, por exemplo, nas escolas públicas do município de Redenção no ano de 2019, foi trabalhado no dia do livro, a obra Sítio do Pica-

Pau amarelo, criado por Monteiro Lobato, percebe-se a predominância e apreço pelo autor a qual tem recebido críticas por estudiosos da literatura e da educação em que classificam suas obras de cunho racista.

Os clássicos preferencialmente escolhidos nas escolas apresentam personagens de pele branca, como a Branca de Neve, Chapeuzinho Vermelho, Rapunzel, obras que trazem referencial distante da realidade da maioria dos estudantes, principalmente porque nestes clássicos não existem princesas de pele negra, os personagens principais são brancos. Os estudantes não se veem representados, retratados, apresentam-se no modelo eurocentrado<sup>2</sup>, fator que pode contribuir para o aumento do preconceito no ambiente escolar ou discriminação racial entre os alunos. Por isso se faz necessário uma sensibilidade por parte dos educadores para trabalhar material didático que mais se aproxime da realidade dos estudantes, inclusive, adaptando histórias clássicas ao imaginário do aluno.

Diante disso o que se pretende aqui é trazer a proposta de fazer o uso da literatura africana e afro-brasileira como prática pedagógica a ser trabalhada como enfrentamento ao preconceito racial, na identidade da criança, fomentar a autoestima em seu pertencimento étnico e cultural na sua diversidade.

A educação precisa deixar de ser composta de atos próprios de uma pedagogia tradicional, que é autoritária e discriminadora, para se sustentar numa pedagogia dialética, onde as realidades são entendidas e acatadas como subordinadas às ações humanas e transformadas sempre que se fizerem necessárias para que a vida humana se torne cada vez melhor (LIMA et al, 2018, p.28).

Na contação de história, a oralidade se faz presente, é um elemento cultural ancestral, passado de geração a geração. O ato de contar faz parte do universo do indivíduo desde cedo. Há sempre alguém para uma história contar, um tio, uma avó, um familiar.

Segundo Araújo e Dias (2019) os contos africanos ainda trazem reflexões, como forma de aconselhamento, um aprendizado a mais, uma sequência didática. É pensar no despertar da criança para além de uma aprendizagem já padronizada nos currículos, pode ser planejada, incluída sem fugir do conteúdo programado.

---

<sup>2</sup> Termo usado para identificar elementos de origem europeia, ocidental. O que significa ter tomado o homem branco e seus aspectos (cultura, religião, modo de vida, artes entre outras) como referência para a construção das propostas de ensino e aprendizagem (Santos et al 2006).

Portanto, o pedagogo pode adaptar suas práticas de ensino, buscar um aprendizado que auxilia na construção e reconhecimento identitário pessoal, coletivo e cultural, intermediada de ação.

A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra (GOMES, 2002, p.42).

Com a Lei nº 10.639/03 que tem como objetivo a implementação do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, certamente é um desafio, assim afirma Gomes (2012), é complexo mudar o que está enraizado no processo de hierarquização em conhecimentos. E como resultado percebe-se a dificuldade, ou desinteresse de algumas escolas a não abordarem sobre tais temáticas embora a referida Lei já possua mais de 16 anos de existência, os materiais didáticos relacionados ao povo negro só aparecem no calendário escolar no “dia da Consciência Negra”, e as questões indígenas, só são abordados no “dia do índio”, abrindo espaço para que esses conteúdos sejam folclorizados/ estereotipados.

Os/as professores (as) podem aprofundar as questões étnico raciais e culturais ainda na educação infantil, para uma construção da imagem positiva, da identidade do menino e da menina em suas realidades sociais, inclusive, sabemos que a infância é a fase da curiosidade e que a criança está aberta ao aprendizado, a escola tem o papel essencial na formação dos sujeitos, assim como a família, lugar onde ocorrem dinâmicas e relações, ambos espaços de construções e formação identitária pessoal.

O trabalho docente voltado para o reconhecimento das diferentes identidades raciais das crianças ganha um importante aliado pois a literatura infantil, quando bem selecionada, representa um produto cultural que estabelece mediação entre o real e o ficcional, de modo a contribuir para que as crianças pretas possam experienciar sua humanidade tantas vezes negada no plano real (ARAÚJO, DIAS, 2019, p.10).

Ao longo dos anos, o Brasil desde o seu “descobrimento”, carrega os efeitos da colonialidade étnico racial, fato que contribui para o não referencial da identidade, um apagamento da nossa história como afirma Gomes (2002) contribui para um não

reconhecimento de próprios costumes, valores, ancestralidade, enquanto povo negro e indígena, forçadamente foi nos imposta como referência verdadeira a cultura do branco.

Contudo, nesse processo Fanon (2008) afirma que o branco tende sempre a inferiorizar o outro, menosprezando seus costumes e crenças. Como consequência veio a perda da identidade étnico racial e cultural, fatores que afetam no modo de pensar e posicionar do indivíduo de modo em geral, isso fica explícito quando crianças negras afirmam “Já vi pessoas negras em minha cidade” ou “Não sou negra, a gente é morena”<sup>3</sup>, as crianças não se reconhecem enquanto pessoas de pele negra, e que tenham outras heranças culturais como indígenas. Diante disso percebe-se que há uma necessidade de se abordar de maneira intencionada e planejada sobre as questões que ajudam positivamente na construção da identidade do (a) aluno (a).

Assim é comum o não reconhecimento identitário, inclusive em crianças, a negação cultural trazido é pelos próprios familiares, o que se encontra enraizado, engessado, que se reflete no comportamento, atitudes e principalmente nas falas, começam na infância, e resultam na anulação do ser negro, mesmo que sua pele evidencie sua pertença a população negra, este por sua vez, é um fator que pesa sobre a identidade, elementos que cotidianamente obrigam aos indivíduos a assimilação da cultura ocidental, na tentativa de evitar as discriminações e preconceito racial dentro também do ambiente escolar.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições da literatura africana ou afro-brasileira na formação identitária de crianças do ensino fundamental I, de uma escola rural no município de Redenção, Ceará. Para isso, foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa e tendo como técnica a observação e ação participante, como também intervenções pedagógicas durante minhas atuações como bolsistas no programa PIBID.

Assim este trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro capítulo nos traz um breve histórico da luta e organização do movimento negro em defesa do seu pertencimento étnico racial e discriminatório, e a relevância da literatura negra para esse processo na implementação da Lei nº 10.639/0, nos currículos escolares, a BNCC e LDB.

O segundo capítulo traz importantes abordagens sobre a construção da identidade negra e nos mostra como as práticas pedagógicas podem influenciar no fortalecimento da identidade da criança negra. No terceiro capítulo mostro as etapas de como foi realizado esse trabalho, ou seja, a metodologia.

---

<sup>3</sup> Falas de aluno e aluna da turma do 5º ano em 2018 em uma atividade do programa PIBID.

E no quarto capítulo, trazemos a socialização das experiências realizadas durante as intervenções pedagógicas na escola. As mesmas nos deram possibilidades para reflexão sobre o contexto inserido, e incentivar aos alunos a refletir sobre sua cultura e identidades.

## **1 METODOLOGIA**

No presente trabalho, buscamos compreender a literatura africana e afro brasileira e suas contribuições para reconhecimento cultural e identitária na educação para as relações étnico-raciais. As observações e intervenções realizadas foram em turmas de 5º ano das series iniciais do fundamental I, na escola Sebastião José Bezerra.

A metodologia realizada foi construída, sistematizada de acordo com as orientações a partir das formações e dos planejamentos mensais do programa PIBID, e intervenções realizadas na sala de aula. O objetivo do presente estudo é analisar as contribuições da literatura africana ou afro-brasileira na formação identitária de crianças do ensino fundamental I, de uma escola rural no município de Redenção, Ceará.

Buscando compreender os elementos conceituais e uma aproximação com a realidade social dos sujeitos desta pesquisa, ela se desenvolveu dentro de uma perspectiva qualitativa e tendo como técnica a ação participante, que de acordo com Minayo (2013) o campo de investigação encontra-se pautada na subjetividade, no simbolismo, inserido no contexto social e situacional. A utilização da mesma caracteriza-se de modo interpretativo e exploratória na qual o processo de compreensão se distancia de quantificar, ou seja, não há consideração em contabilizar os fatos.

Compreendendo que a escola enquanto lugar de dinâmica social , lugar de ideias e experiências humanas, lugar também propício para a construção da identidade positiva do ser, a pesquisa qualitativa sendo desenvolvida no campo das ciências sociais, os métodos utilizados em busca de trazer compreensões dessas dinâmicas dentro das relações sociais, sem quantificar valores nem submetem os fatos a prova, a coleta de dados sem instrumentos formais, é analisada de forma suscita e organizada, de maneira intuitiva a partir da interação dos fatos em diferentes abordagens (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). Para as autoras, as pesquisas qualitativas trazem como características:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observações nas diferenças entre o mundo social e o

mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivo e investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; buscam resultados fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (p.32).

Nesse sentido, os procedimentos técnicos da realização da pesquisa, foi utilizada do tipo ação participante que segundo Schmidt (2006) as ideias das ações ou intervenções sugerem, “Para além da presença do pesquisador como parte do campo investigado, a presença de um outro que, na medida em que participa da pesquisa como sujeito ativo, se educa e se organiza, apropriando-se, para a ação, de um saber construído coletivamente” (p.13).

Assim para Schmidt (2006) o pesquisador enquanto agente de intervenção e transformação passa a compreender que um determinado grupo ou uma classe social necessita de sua ajuda para agir politicamente, podendo assim interferir na sua cultura ou na educação para a consciência de seus valores ou direitos, podendo ainda interpretar e refletir nos modos sentir, pensar e viver dos grupos analisados, na subjetividade, sem fazer cobrança referentes a que eles sejam o que são.

### **1.1 Caracterização do campo de pesquisa: unidade escolar, participantes e intervenções**

A escola Sebastião José Bezerra é uma escola integrante da rede pública de ensino, do município de Redenção, Ceará. Localizado em Outeiro II, Zona Rural- oferta as modalidades de ensino: Educação infantil III, IV V e Estação brincar (crianças a partir de 2 anos de idade). Ensino fundamental I, Ensino fundamental II. Tendo no total de aproximadamente 300 alunos matriculados, distribuídos nos períodos matutino e vespertino. A escola é aberta a comunidade, e também se realizam em suas dependências aulas de aeróbica a noite.

Em relação à estrutura física, a escola Sebastião José Bezerra é composta por seis salas de aula, uma diretoria/secretaria, sala dos (as) professores (as) com banheiro, cantina, pátio para realizações de eventos, banheiros masculino e feminino para os (as) estudantes, uma quadra pequena descoberta, internet apenas para os professores (as) e almoçarifado. Quanto ao núcleo pedagógico administrativo possui: 1 coordenadora,1 auxiliar administrativo, 1 secretaria escolar, 9 professores, 2 bolsistas do município. Auxiliar de serviços gerais: 2 serventes, 1 merendeira e 1 vigilante. A gestora em exercício, tem formação em Pedagogia, e estudo de ciências sociais, é professora efetiva do município há 24 anos e na atual função é gestora dessa escola há 2 anos por nomeação da gestão municipal.

As intervenções foram realizadas na turma de 5º ano, composta por 26 alunos/as. Algumas intervenções também se realizaram na turma do 4º ano. As salas de aulas não se encontram no tamanho padrão, têm espaço reduzido, fator que dificulta a circulação da professora e bolsistas em algumas atividades. Hoje felizmente a escola se encontra em processo de reforma.

Os livros didáticos utilizados pela turma são das coleções “ENCONTROS” e “A CONQUISTA” nas disciplinas de Matemática, Língua portuguesa, Geografia, História, Ciências e Artes. Sendo que alguns como o livro de História e Geografia não havia em quantidade suficiente para todos os alunos, em alguns casos, tinham que ficar de dupla.

As intervenções foram realizadas no decorrer de minhas atuações como bolsista do Programa PIBID, na qual contemplou o subprojeto pedagogia. O que me proporcionou a oportunidade de poder realizar este trabalho e desenvolver práticas pedagógicas voltadas para as relações étnico-raciais com respaldo na a Lei nº 10.639/03.

O Programa de Iniciação de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa institucional fomentado pela CAPES<sup>4</sup>. No ano de 2018, no edital de nº 18/2018, foram contemplados 3 municípios da região do Maciço de Baturité- Ceará, são eles Acarape, Guaiuba e Redenção. As escolas contempladas foram as seguintes na ordem por municípios citados: E.E.F Raimundo Alves. Escola de Educação Básica municipal José Cabral de Araújo e E.M.E.I.E.F Sebastião José Bezerra. As mesmas são unidades de ensino na Educação Infantil e Ensino fundamental, na modalidade de educação Regular. Essas instituições enquanto unidade básica de ensino situadas no Maciço de Baturité, com distritos e vilas originários do contexto de colonização europeia, na qual guardam grandes referencias importantes para a tradição e patrimônios histórico cearense.

O programa PIBID tem como objetivo geral<sup>5</sup> - Elevar a qualidade da formação dos (as) licenciados (as) de pedagogia, promovendo a integração entre o ensino- pesquisa, fundamentos

---

<sup>4</sup>A sigla CAPES significa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Trata-se de uma agência governamental, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que tem como objetivo promover a expansão, consolidação dos cursos de pós-graduação stricto sensu, ou seja, dos cursos de mestrado e doutorado, em todo o país. É a CAPES que autoriza a abertura de novos cursos de pós-graduação, e avalia os cursos em funcionamento periodicamente. Disponível em: <[infoescola.com/educacao/coordenacao-de-aperfeiçoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/](http://infoescola.com/educacao/coordenacao-de-aperfeiçoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/)>.

<sup>5</sup> Objetivos do programa- De acordo o documento: Edital nº 18/2018/-Prograd/ Pibid /Capes/ Unilab. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/Edital-n%C2%BA-18-2018.-Inicia%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Doc%C3%Aancia.-PIBID.pdf>>

teórico-práticos entre ensino superior e educação básica, de forma a contribuir para a valorização das ações acadêmicas, assim como valorização do magistério, no contexto da diversidade cultural, social, racial e de gênero.

I – Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II – Contribuir para a valorização do magistério;

III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV – Inserir o licenciando no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V – Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

VI – Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;

O programa supracitado tem como coordenadoras de área a Professora, Dra. Rosangela Ribeiro da Silva e vice coordenadora professora Dra. Professora Carolina Maria C. Bernardo. Cada escola recebeu 8 bolsistas remunerados e 2 bolsistas voluntários, e conta com uma professora regente- as supervisoras de núcleos, assim totalizam 3 supervisoras (a supervisora do núcleo a qual estou inserida) Maria Elzenir de Sousa Pontes Araújo. É importante frisar que este programa foi também um ponto importante na escolha e atuação no campo de pesquisa deste trabalho. Na próxima sessão vejamos como se deram algumas das atuações, por se tratar de quase um 1 ano e meio de atuação, foram escolhidos algumas como destaque para este trabalho.

As atuações como bolsista teve início em agosto de 2018. Ao longo do programa, tivemos atuações em duas turmas de 5º ano do fundamental I, e com algumas intervenções na turma de 4º ano do fundamental I. Me senti bem acolhida pela gestão escolar, como também pelas professoras das turmas e também pelas crianças. Sabemos que no início, a nossa presença

modificou um pouco a rotina na sala de aula, mas que aos poucos os alunos foram se acostumando.

Outro ponto que posso avaliar que dificultou um pouco as intervenções, foi a cobrança de provas em que a turma realizava, para além das provas rotineiras, os alunos desse nível fazem avaliações externas. Fator que diminui de algum modo o nosso tempo para atuação na sala de aula. Por se tratar de turmas que são avaliadas por provas externas como: SPAECE<sup>6</sup>- OBMEP<sup>7</sup> entre outras. O trabalho pedagógico desenvolvido é quase que exclusivo direcionado para interpretações de textos, e resoluções de simulados e questionários, com atividades voltadas para leitura e escrita. Nesse sentido, em vezes tínhamos que desenvolver aulas de reforço, com alunos que tinha maior dificuldade em leitura, sempre aproveitando o contexto, que era muito propício para desenvolvemos atividades interpretativas de leitura com a literatura negra.

Além das obras literárias, foram abordados os aspectos do continente africano, como cultura, dança, religiosidade, com o objetivo de desmistificar os estereótipos de África, assim como os filmes explorados no contexto das potencialidades da criança negra, nossas ações no PIBID foram voltadas tanto para elevar a qualidade de formação docente, quanto contribuir no ambiente escolar de maneira antirracista e auxiliar na construção da identidade da criança negra, quanto uma aceitação das diferenças.

---

<sup>6</sup> Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – são provas que avaliam as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Estas por sua vez identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos mesmos. Informações obtidas no site: <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>

<sup>7</sup> Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e Privadas- A competição visa estimular os alunos ao estudo da matemática, identificar talentos na área e também promover a inclusão social através da difusão do conhecimento. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Olimp%C3%ADada\\_Brasileira\\_de\\_Matem%C3%A1tica\\_das\\_Escolas\\_P%C3%BAblicas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Olimp%C3%ADada_Brasileira_de_Matem%C3%A1tica_das_Escolas_P%C3%BAblicas).

## CAPÍTULO 2 – LITERATURA NEGRA NO ENSINO FUNDAMENTAL

O presente capítulo traz um breve histórico sobre a Literatura Negra no Brasil e pontua as contribuições da luta da população negra em defesa do seu pertencimento étnico racial e antidiscriminatório, conceituando o que é literatura negra e seu importante papel para a educação étnico racial na qual conta com o respaldo da lei 10.639/03, como na BNCC<sup>8</sup> e LDB<sup>9</sup>.

Segundo Conceição Evaristo<sup>10</sup> (2015) a literatura negra é uma produção em que o autor negro expõe suas experiências, parte de um lugar de vivência, em que o sujeito e objeto da escrita se mesclam. Ou seja, ele é o próprio sujeito de sua produção, em que os negros e mulheres negras criam seus textos literários a partir de uma subjetividade negra e “ao realizar a tarefa, demarca o ponto diferenciado de emanção do discurso, o “lugar” de onde fala” (CUTI, 2010, p.25).

De acordo com Ribeiro e Barbosa (2008) a literatura negra, é a produção que trafega entre tradições de origem africanas mantidas na diáspora, que tem como propósito criar e apoderar-se do sistema de representação escrita, tentando assim subverter lugares depreciativos em que foram destinados os afrodescendentes e sua cultura como um todo.

Para Duarte (2010) a literatura negra é uma escrita contemporânea, presente desde o século XVIII, se manteve ativa ao longo dos tempos, nos processos históricos, na constituição de um povo na sua diversidade, realizada tanto nos centros urbanos como também em contextos regionais.

Assim, a literatura negra ou afro-brasileira surge como ferramenta de denúncia, em forma de protestos, de povos negros na luta contra o racismo e discriminações. “[...] como foi nas lutas contra o colonialismo no continente africano, uma forte aliada na resistência a congregação imposta aos descendentes de escravos no Brasil” (RIBEIRO, BARBOSA, 2008, p.58). Dessa forma os escritores assumem a forma poética como arma contra a discriminação. Buscam através dessa literatura, os meios necessários para valorizar sua identidade, cultura e

---

<sup>8</sup>Base Nacional Comum Curricular- documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino infantil e ensino fundamental.

<sup>9</sup>Lei de Diretrizes e Bases da Educação define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição.

<sup>10</sup> Fala da escritora negra em programa exibido no canal futura- intitulado Literatura Afro-Brasileira.

expressar sentimentos e opiniões sobre o ser negro em um país onde a discriminação racial ainda é muito presente.

Tomamos como exemplo de literatura negra, a Série Cadernos Negros. Lançada em 1978, editada em São Paulo, produzida de maneira coletiva, por um grupo militante negro, que em 1980 veio então a se consolidar chamado Quilombhoje. Era um grupo informal, constituído de início pelos escritores negros: Cuti<sup>11</sup>, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Abelardo Rodrigues (CUTI, 2010). O referido grupo tinha como objetivo discussões em torno do papel do negro na literatura brasileira. Certamente um marco histórico, “justamente no ano da publicação da série, comemora-se os 90 anos da assinatura da Lei Áurea no Brasil” (RIBEIRO, BARBOSA, 2008).

A Série lançada em 1978, O Cadernos Negros, é uma coletânea que reúne poemas, ensaios e contos, estes produzidos por vários autores afro-brasileiros de todo o Brasil. O nome escolhido da série, surge devido a sua forma e produção de escrita não contar com a tecnologia que temos hoje. Era feita em cadernos, e surge de uma “geração anterior ao computador e muita gente não tinha máquina” (RIBEIRO, BARBOSA, 2008, p.25) assim primeiras produções foram escritas em cadernos.

A coletânea inclui as produções da escritora negra Carolina de Jesus<sup>12</sup>, qual escreveu a Obra “O quarto de despejo” obra literária na qual retrata a realidade social de pessoas que viviam marginalizadas no contexto da favela em uma época onde as condições dos negros nas favelas eram extremamente desumanas. Carolina traz em suas obras um relato que nos possibilita uma reflexão sobre como o ser negro nesse país foi e ainda é um ato de resistência. No entanto, no ano de publicação de Os Cadernos negros, a escritora Caroline de Jesus já havia falecido.

---

<sup>11</sup> Luiz Silva, nasceu em 1951, é escritor, poeta, dramaturgo.

<sup>12</sup>Escreveu os diários que compõem a sua trajetória de vida nos anos de 1955-1960, na época do governo de Juscelino Kubitschek. Carolina era mãe de 3 filhos a qual os criou sozinha, são eles: João José, José Carlos e Vera Lúcia Eunice. Residiam na favela do Canindé, São Paulo. Trabalhava como catadora de papel, e vendedora de materiais recicláveis. Estudou apenas 2 anos, no entanto prezava pela educação dos filhos e os fazia ir à escola mesmo no contexto de violência onde moravam. O que aparece com frequência em suas escritas é a dificuldade financeira e a fome. Na obra, relata que nos momentos que não tinham dinheiro, a família comia resto de comida encontrada no lixo. A autora descreve sobre o seu próprio cotidiano marcado por sofrimento de uma realidade vivida naquela favela, e fala sobre a violência doméstica, muitas vezes causada pelo alcoolismo que resultavam em brigas de vizinhos. Carolina preocupava-se com a situação político e social do país, inclusive dos marginalizados. Ao analisamos seu diário, podemos ficar de frente com a realidade das favelas brasileiras daquela época, realidades que se situa nos dias atuais. Caroline ainda teve outras publicações como: pedaços de fome e provérbios. Disponível em: <<https://www2.unicentro.br/pet-letras/2017/08/30/resumo-da-obra-quarto-de-despejo-de-carolina-maria-de-jesus>> acesso em: 18 de nov. 2019.

A princípio os textos que foram reunidos para o então exemplar, não passavam por seleções. A ideia no princípio era incentivar aos que queriam escrever, se expressar livremente. As reuniões sucessivas para reunir as produções propiciaram também os rumos para formar o movimento negro chamado Quilombhoje, como já citado anteriormente (RIBEIRO, BARBOSA, 2008).

Vale ressaltar que nos movimentos negros, havia também a participação ativa das mulheres no movimento (FNB) Frente Negra Brasileira, fundado em 1931 em São Paulo, com várias filiações em diversos estados brasileiros, na qual publicaram o jornal o A Voz da Raça (DOMINGUES, 2007, p.106).

Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrecio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento” [...] assinalar que as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos.

De acordo com Gonçalves e Silva (2000) no século XX, as sociedades negras já criavam suas próprias organizações educacionais, o objetivo era de fomentar as ações no combate à discriminação racial e como mecanismo para valorização da população negra, dentre as bandeiras de lutas, destacavam o direito a educação, esta era uma pauta sempre presente nos movimentos, embora girassem em torno de amplos significados, como para uma ascensão social, oportunidades no mercado de trabalho, como conscientização da história de seus ancestrais, na valorização e cultural de seu povo, para assim reivindicar por direitos e respeito humanos.

As organizações coletivas desses movimentos se fizeram presentes desempenhando papéis com fins reivindicatórios da população negra, “em instancias educativas na medida em que os sujeitos participavam na transformação de educação política” (GONÇALVES, SILVA, 2000, p.139), já que o estado se manteve omissivo com questões educacionais da população negra, tal fato ocorrido ainda na época da lei do Ventre Livre (GONÇALVES, SILVA, 2000).

As produções como a literatura negra que trazem como referências a cultura e identidade de povos africanos e afrodescendentes, sujeitos que não eram contemplados nas temáticas existentes, ou povos que não eram visibilizados nas obras literárias brasileiras. Hoje fazem parte do universo intelectual, presente nas universidades públicas e particulares, nos cursos de

graduações e pós-graduação, de modo que só veio a fazer parte desse meio, através de constantes lutas contra o racismo e preconceitos sobre a população negra (DUARTE, 2010).

Durante quase toda a década de 1980 o movimento negro direcionou suas ações para as questões da democratização do ensino, primeiro, se mobilizando para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante. Neste período, vários instrumentos escolares foram criticados: livros didáticos, currículos, formação dos professores, etc. Em outro aspecto, vai sendo substituída aos poucos a denúncia pela ação concreta (SILVA, 2015 p.18).

De acordo com Domingues (2007) podemos destacar que um dos mais importantes grupos revolucionários na década 1970 foi o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que depois teve seu nome simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu da união de vários grupos e entidades negras, num ato público reivindicatório em julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo. Em 1982 o MNU continuava as lutas reivindicatórias antirracistas e anticapitalista como pontua Domingues (2007):

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (Domingues, 2007, P.114).

A partir das muitas lutas dos militantes, intelectuais negros e movimento negro em diversas partes do país, reivindicações por seus direitos constitucionais, as lutas reivindicatórias citadas acima, impulsionaram décadas depois para criação da Lei nº 10.693/03, para uma implantação no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática, implementação do ensino de História da África e História e Cultura Afro-Brasileira, (SANTOS et al, 2006) “na tentativa de amenizar toda exclusão social e cultural que a cultura afro-brasileira teve e tem em todo âmbito nacional” (SILVA, 2015 p.27).

Os escritores e escritoras negros (as) que por sua vez, reafirmam um pertencimento cultural e etnicidade de seus afrodescendentes, através da literatura, pessoas que valorizam os costumes culturais de seus antepassados. No entanto, para dar-se visibilidade e reconhecimento a essa cultura ancestral, foram anos de muitas lutas dos movimentos negros, processos que

iniciaram por volta dos anos 1920. As lutas aconteciam “justamente no momento em que se pregava o mito da democracia racial, a teoria que disseminava a falsa ideologia de que as diferentes etnias conviviam na mais perfeita harmonia” (SILVA, 2015, p.15).

Podemos perceber que o envolvimento do movimento negro sempre esteve presente em luta pelos direitos, em buscas de políticas afirmativas para uma efetiva educação. Na perspectiva de resolver os problemas abrangentes decorridos pelos preconceitos e discriminações raciais.

Portanto, podemos considerar que o MNU foi a força maior que impulsionou, tornando-se um forte instrumento, auxiliando na construção das propostas e diretrizes que instituíram oficialmente na garantia para a educação das relações étnico raciais no intuito da valorização cultural, histórica, de modo que se tenha a legitimidade da população negra na construção social, cultural e econômica do Brasil (DOMIGUES, 2007).

Assim, a educação é uma pauta de extrema importância para o movimento negro, e foi através das reivindicações, que surgiram importantes políticas públicas de acessibilidade do negro à educação. Movimentos articulados para diversidades afro-brasileiras nos currículos escolares, uma quebra de paradigmas para um currículo monocultural, descolonizado.

Assim podemos pensar a literatura negra como um material didático que deve ser inclusa no cotidiano escolar, como fonte potente na construção da identidade da criança, pensando-se numa auto aceitação, como recurso na formação da identidade da criança, assim como também ajuda o aluno no processo de leitura e escrita e interpretação, na tentativa de potencializar sua cultura e evitar a discriminação racial no ambiente escolar.

A literatura negra abrange vários públicos leitores, desde o público adulto com poemas e ensaios, antologias, como também infantil-juvenil como auxílios aos bancos escolares. Citamos alguns autores (as) que produzem essa literatura que podem ser de grande utilidade nas escolas. Por exemplo: Heloisa Pires Lima: A semente que veio da África<sup>13</sup>. Kiusam de

---

<sup>13</sup> A estória reúne três lendas sobre o baobá, advindas da Costa do Marfim, de Moçambique e França.

Oliveira: O mundo no Black Power de Tayó<sup>14</sup>. Neusa Baptista: Cabelo Ruim? A história de três meninas aprendendo a se aceitar<sup>15</sup>, Alexandre Rampazo: A cor de Coraline<sup>16</sup> e vários outros/as.

## **2.1 Literatura Negra na Educação, uma importante ferramenta para auto-estima das crianças negras.**

A escola é um ambiente onde os (as) estudantes podem aprender e compreender muitas questões que estão ao seu redor. É neste lugar onde os preconceitos e desigualdades sociais também acontecem e devem ser rompida, de modo que os conceitos errôneos sobre temas como a África e o negro no Brasil devem ser quebrados.

Consideramos que para uma boa aprendizagem, é preciso a interação entre os sujeitos. Contudo, se faz necessário um ambiente igualitário, diversificado e acima de tudo democrático. Assim pensamos como proposta a literatura negra, como ferramenta de grande potencial que auxilia para a construção da identidade e subjetividade do aluno (a) negro (a). “A questão identitária constitui-se por elementos de ordem natural ou coletiva de um povo, e em duas dimensões: dimensão pessoal e dimensão social” (MENESES, 2017, p.27).

Assim para atender as essas demandas existentes no ambiente escolar, onde “a invisibilidade, com que a diversidade étnico-racial é considerada, torna-se danosa à democracia brasileira, pois impede a promoção da igualdade racial” (SANTOS et al, 2006, p.29). Com a abordagem da literatura afro brasileira podemos possibilitar as crianças negra para um auto reconhecimento como pontuam Guimarães, Dantas e Moura (2013).

A literatura africana e afro-brasileira possibilita a construção de valores morais e ensinamentos que propiciam as crianças construírem

---

<sup>14</sup> A estória traz como protagonista uma menina negra, que tem o cabelo crespo e um penteado Black Power, cheia de orgulho de sua beleza, da sua cultura e ancestralidade. Em forma de tirinhas infantis, a autora inspira as meninas negras a amarem seus corpos, se sentirem confortáveis com a própria aparência, e ainda compartilha uma linda mensagem de orgulho e aceitação. Lançado em 2013.

<sup>15</sup> A estória fala traz uma descoberta da beleza própria e a auto aceitação, vinculada ao projeto da autora, com o nome “Pixaim: Nem bom, nem ruim – Apenas diferente”, cujo objetivo é estimular a valorização do cabelo crespo. O mesmo publicado em 2006.

<sup>16</sup> A estória traz uma situação que acontece no cotidiano escolar, principalmente se a questão de cor de pele não fizer parte dos discursões diários. Assim o autor traz a estória de Coraline que se sente confusa quando seu coleguinha Pedrinho lhe faz o seguinte pedido: me empresta o lápis cor de pele? Então começa toda uma confusão na cabeça da menina, e várias são as opções, e ela começa a tentar buscar respostas para a pergunta, já que não sabe exatamente de que cor o Pedrinho está falando.

afirmativamente sua identidade racial, conhecendo elementos sobre seus ancestrais que lhes forneçam a valorização e o orgulho do seu pertencimento racial, diferindo da perspectiva escravocrata ou abolicionista que sempre é enfocada nas escolas, desenvolvendo dessa maneira, a autoestima e auto conceito elevados nestas crianças (GUIMARAES; DANTAS, MOURA, 2013, p.2).

Assim podemos pensar em práticas pedagógicas da inclusão, através do uso da literatura negra, escrita por negros intelectuais, protagonistas negros que assumem suas falas, suas histórias, quem trazem em suas produções, suas experiências, na qual possibilita o aluno (a) se vê representado (a) no mundo, seja de forma real ou fictícia. Assim corrobora Duarte (2010).

[...] dessa perspectiva, sobressai o tema do negro, enquanto sujeito individualidade e coletividade, inserção social e memória cultural [...] a busca de um público afrodescendente, a partir da formalização de uma linguagem que denuncia o estereotipo como agente discursivo da discriminação (DUARTE, 2010, p.3).

De acordo com Santos et al (2006 p.11), podemos enumerar a trajetória da população negra divididas em três momentos cruciais de resistências, o que nos faz entender que as “lutas contra o preconceito, discriminação e racismo marcaram e marcam a vida dessa população”

1-Lutas e estratégias contra a escravidão. 2- Resistência pós escravidão, daí surge as lutas de resistências dos movimentos negros. 3- Resistências e reivindicação legais para atenção nas questões históricas que atendam a essa população.

Para tanto, podemos observar que estamos vivendo no período das reivindicações citadas pelos autores acima, na tentativa da inclusão a essa população, em todos os espaços, nas temáticas para serem abordadas no ambiente escolar, sem preconceitos. Só então em 2003, temos então a implementação Lei 10,639/03, a lei brasileira que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar nos ensinos fundamental e médio. na qual foi alterada pela Lei nº 11.645/08, na qual o ensino passou a ser aprimorado corroborando com Santos et al (2006):

Com vasta produção teórica dos últimos anos nos convocam a propor estratégias que poderão auxiliar no trabalho dos educadores/as das várias áreas do conhecimento e não podem ficar fora do projeto político-pedagógico que deve ser a expressão do pensamento da comunidade educativa, com as marcas de um currículo sócio-político-histórico e cultural, contemplando a diversidade na constituição do povo brasileiro (SANTOS et al, 2006, p.11-12).

Com a implementação da Lei nº 10639/2003, todas as escolas de ensino fundamental e médio devem ensinar a história da África e cultura afro-brasileira, justamente como forma de romper os estereótipos sobre o continente africano. “[...] não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial” (GOMES, 2012, p.105). Foram longos percursos para se chegar a essa lei e para ela ser aceita como uma obrigação no currículo escolar, porém já se passaram mais de 16 anos e o ensino ainda está a passos muito lentos.

Com o uso da literatura negra no ensino do fundamental, podem ser incrementadas nas propostas pedagógicas começando ainda na educação infantil, já que nesta fase começa se formar um público leitor, potencializar as práticas que possibilitam construções afirmativas da identidade racial “[...] a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação” (CUTI, 2010, p.12).

Ao possibilitar as discussões nos aspectos da história e cultura do continente africano, na busca de ampliar os conhecimentos que ligam as “várias Áfricas” e Brasil, para fomentar o pensamento crítico e reflexivo sobre a diversidade de realidades que permeiam nosso cotidiano assim corroboram Guimarães; Dantas e Moura (2013, p. 10) ao afirmarem que:

O trabalho com a literatura africana e afro-brasileira permite também o contato com literaturas desconhecidas ou marginalizadas pela escola, a valorização desta cultura apresenta a África como um continente multicultural e permite a construção de imagens positivas de negras e negros, rompendo assim com a imagem do negro aculturado, vítima da destruição pelos brancos, dos seus valores culturais e mostrando o negro como sujeito histórico, inserido em estratégias de poder, afirmação política e reformulação positiva de sua identidade.

Os professores precisam se adequar às novas realidades, buscar informações para além dos materiais didáticos disponíveis no meio escolar, e entender que a literatura pode ser trabalhada a favor da temática racial, que podem empoderar meninos e meninas de todos os tempos e todas as idades pautada na construção de identidades saudáveis das crianças brasileiras.

De acordo com Guimarães, Dantas, Moura (2013) a realidade encontrada nas escolas, acabam por silenciar e internalizar sutilmente as ideias padronizadas de branqueamento, etapa da vida que começa na fase da criança e perpassa a fase posteriormente adulta, lacunas que

ferem os direitos do sujeito em formação, “a criança” como espaço de socialização, em consequência:

[...]desencadeia problemas crescentes de violência moral, física, social e tantas outras, já que não é incentivado o desenvolvimento por uma cultura de aceitação de si, como parte de um grupo, sem rotulações de que seja inferior ou superior, melhor ou pior, mas propor o fazer-se educar numa perspectiva de construção do indivíduo como um ser igual, independente de etnias, raças, crenças e valores, etc. (GUIMARÃES; DANTAS, MOURA, 2013, p.7).

Segundo Menezes (2017) os indivíduos constroem a sua autoimagem com interferências do meio externo em que vivem, ou seja, a identidade não se constrói de forma individual, mas com interações, representações e diálogos frente a outros sujeitos, por isso as construções da identidade negra em nosso país se perpetuam em complexidades.

As complexidades parte da escassez das representações da figura do sujeito negro, nas histórias trazidas nos materiais didáticos e paradidáticos, onde os mesmos aparecem sub-retratados em literaturas consideradas clássicas educacionais, entretanto essa temática pode ser aplicada desde da educação infantil com o intuito de familiarizar o aluno desde o início da vida escolar com assuntos sobre a cultura negra subsidiados na LDB e BNCC.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 na qual podemos analisar no Título II, correspondentes aos princípios e fins da Educação Nacional, a proposta de ser trabalhada a cultura, arte e saberes e ainda contemplar a diversidade étnico-racial. No Capítulo II, este referente a Educação Básica, o artigo 26, trata claramente sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. E traz destaques nos incisos 1º e 2º quando retifica:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (SENADO, 2017).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (SENADO, 2017).

Os itens acima propõem para os currículos a diversidade, relevam questões regionais e locais como forma de atender as demandas existente não apenas no meio escolar, mas na sociedade como um todo.

Outro item que deve ser levado em consideração trata do Art. 79-B. Este inclui no calendário escolar, o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (SENADO, 2017).

Assim como LDB, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz importantes consideração a serem valorizadas, reconhecidas e implementadas no ambiente escolar tanto no âmbito individual e coletivo:

[...]Na escola e para além dela: a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se insere resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento e pela valorização das diferenças (BRASIL, 2016, p.54)

Ainda em relação a diversidade cultural. Cabe dizer que se estima que mais 250 línguas são faladas no país- indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico e desconhecido por grande parte da população brasileira (BRASIL,2016, p. 66).

Portanto, se faz necessário desenvolver nas escolas as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, bem como exploração cultural nas diversidades com a efetivação da Lei nº 10.639/03, aprimorando os currículos escolares com um ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana nas práticas pedagógicas que envolvam a realidade dos alunos, isso é fazer mudanças significativas no futuro da sociedade de modo geral, pois, com uma base educacional bem trabalhada desde a séries iniciais do ensino fundamental, teremos como resultado o combate ao racismo dentro das escolas e no meio social.

### **CAPÍTULO 3- FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE CRIANÇAS NEGRAS**

Este capítulo traz abordagens sobre o conceito de identidade, a formação da identidade negra e práticas pedagógicas que podem influenciar e fortalecer a identidade da criança negra. Partindo do pressuposto que as influencias adquiridas nos diferentes ambientes e em diferentes fases da vida durante a nossa formação, no processo de identidade, podemos enquanto criança

abstrair significados positivos ou negativos, estes resultam em uma aceitação de si ou não, questões que podem ser moldadas ou reformuladas através de uma educação democrática e igualitária (WALSH, 2009).

A construção da identidade da criança é formada através de vários processos sociais, entre eles podemos pontuar o meio familiar, este é visto como a primeira instituição em que o indivíduo se encontra inserido, é onde se processa o início de descobertas, indagações também, e que aos poucos conforme o seu desenvolvimento diante do contexto, a mesma recebe influências. Não podemos esquecer que para além da família, a escola e os grupos religiosos, são instituições influentes que desempenham funções importantes, auxiliam na construção da identidade da criança e na sua maneira de interpretar o mundo (BRASIL, 2006; OLIVEIRA, 2014).

Assim como afirma Machado (2003) a identidade é um fenômeno que se constrói ao longo da vida do indivíduo, com interações sociais e resultante da presença do outro na vida pessoal, individual e no coletivo. É atribuída a diferentes fases do ciclo da vida, desde a infância a adolescência, se caracterizam por períodos em que a influência de outros (sujeitos) na definição de identidades se torna como fator determinante.

Segundo Gomes (2002, p.41) “a identidade não é algo inato”, dizendo de outra forma, não nascemos com a mesma pronta, pré-definida. Ela vai ganhando estruturas, contornos a partir de nossas vivências no modo de ser e estar no mundo para e com os outros. É um fator dependente das relações e referências culturais, históricos, níveis sócio-políticos de cada sociedade, sendo assim, “o mundo da criança é muito heterogêneo, ela está em contato com várias realidades diferentes, das quais vai apreendendo valores e estratégias que contribuem para a formação da sua identidade pessoal e social” (SARMENTO, 2004, p.9).

Assim podemos definir a escola como instituição, como mecanismos de interação social, “[...] está associada à construção social da infância” (SARMENTO, 2004, p.2) como já pontuado anteriormente, contribui na formação das identidades dos sujeitos, visto que a educação começa na base, por isso é nas séries iniciais da vida escolar que se faz necessário vivenciarem questões relevantes para seu desenvolvimento social. Trabalhar as questões étnico-raciais logo no início da vida escolar é primordial para se combater práticas racistas que muitas vezes passam por “brincadeiras que nos aparentam ser inofensivas” dentro do ambiente escolar. Daí a importância da inclusão do tema da diversidade étnico racial no currículo escolar como afirma Gomes (2003):

A discussão sobre a riqueza do trato do corpo negro e sobre os processos de opressão que o mesmo tem recebido ao longo da história pode vir a ser uma rica atividade pedagógica a ser desenvolvida com os alunos e as alunas em sala de aula, possibilitando debates e atividades sobre a história e a cultura afro-brasileira. Nesse processo, um estudo sobre o negro, o cabelo crespo e as práticas corporais podem ser um bom caminho (GOMES, 2003 p.174).

Nesse contexto, para Gomes (2012) é importante pensar qual o lugar da questão étnico-racial nos currículos para a educação brasileira, compreender de que forma são tratadas as culturas negras, como também as questões relacionadas ao gênero, pensar sobre as lutas dos movimentos sociais, da juventude e dos grupos populares que são marginalizados, questões essas que são vistas de maneira isolada como se não fossem um problema social ou até mesmo discriminação, questões sem relevância no cotidiano da escola, essas questões podem aparecer camufladas nos indicando que houve um avanço nos últimos dias, mas com ruptura epistemológica disfarçada dentro do campo educacional. Já que os avanços que se concretizam hoje, partiram da resistência de povos que lutaram por seus direitos desde o período colonial.

Africanos e seus descendentes lutaram contra a escravidão, lutaram para defender suas identidades, dignidades e liberdade. Nesse contexto, pensamos que é fundamental que as escolas tragam conteúdos sobre a história e luta do povo negro brasileiro, igualmente quanto abordamos aos demais não negros, pois “as identidades são construídas nas relações com as pessoas negras, mas também com outras, notadamente com aquelas que se identificam brancas” (OLIVEIRA, 2014, p.61).

A propagação da identidade negra contribui para serem vistos não mais com uma carga de preconceito, mas como um ser que sempre lutou por sua identidade e seus direitos sobre tudo a educação.

A educação para todos era o objetivo primordial. Como o preconceito em relação ao negro era grande, sendo os mesmos considerados incapazes de serem bem-sucedidos na sua vida escolar, a população negra se via forçada a quebrar estes estereótipos. Esta tentativa foi reforçada a partir do momento em que foi surgindo uma camada intelectual de negros, que dominavam a cultura letrada e passaram a ocupar lugares que antes eram exclusivos dos homens brancos. Esses intelectuais auxiliaram no fortalecimento da Frente Negra Brasileira. (SILVA, 2015 p.16).

A discriminação racial e o preconceito ainda são bastante recorrentes no Brasil, isso pode ser observado no mercado de trabalho, nas escolas, nos clubes sociais, nas igrejas, nas estatísticas sobre violência e também na educação. Dessa forma se faz necessário explorar

desde a educação infantil e seres iniciais, a literatura negra, como uma didática que trazem os negros em situações de forma positiva. Tendo em vista que é na infância que a criança irá desenvolver a sua visão de mundo e moldar a sua identidade. Levamos em consideração que a escola é um ambiente bastante propício para a propagação de preconceitos, discriminações e ideais racistas, o que se pode revertir também o quadro, de acordo com o olhar atento do professor.

Dizer que a escola ensina princípios e atitudes significa considerar também que, do ponto de vista educacional, o ensino parte de textos escritos, mas registra, para além disso, a aceitação da exemplaridade como um código fundamental. A escola exemplifica os saberes e o escolar deve, na outra margem, valer-se da exemplaridade de seu mestre (BOTO, 2012, p.105).

A população negra sofre preconceito de diversas formas, pois a cor da pele ainda aparece estigmatizada, e desde crianças já são inseridas em um padrão racial, onde a cor preta é considerada pela sociedade branca como sinônimo de inferioridade e negatividade, isso se repercute em vários setores e perpassam de geração em geração, buscando moldar desde crianças em seus modelos de branquitude<sup>17</sup>, o que se faz presente na maioria das histórias e desenhos que enaltecessem a figura branca. (ARAÚJO, DIAS, 2019). Por isso podemos pensar trabalhar a literatura negra como um recurso poderoso para combater tais práticas raciais na escola.

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como elemento para interiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos (as) negro (as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias (BRASIL, 2006, p.22).

É nesse sentido que a escola pode contribuir, incluir nos currículos escolares as questões étnicas raciais e culturais, repensar suas práticas pedagógicas e seleção de material pedagógico, e uma formação de professores a fim de explorar a diversidade, para que os ambientes escolares possam tornar um espaço de articulações e reflexões acerca de culturas outras, e conhecimentos interdisciplinares (WALSH, 2009).

---

<sup>17</sup>Termo construído ideologicamente como forma de poder a partir do ponto de vista do branco em detrimento ao não branco. A branquitude nasceu num projeto de colonização europeia. Poder associado a identidade do branco. (MÜLLER, CARDOSO, 2017).

### **3.1 Repensando as práticas pedagógicas que potencializam a identidade negra.**

A escola funciona como um mecanismo reprodutor das estruturas sociais, por sua vez esses mecanismos se encontram subentendidos ou podemos dizer que eles só aparecem ideologicamente através de seu currículo, tem como base a classe dominante, que em algumas vezes se tem como resultado as discriminações. Isto porque agem de forma seletiva entre as camadas sociais, ou seja, a escola “inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e a obediência, enquanto as pessoas de classe dominantes aprendem a comandar e a controlar” (SILVA, 2015, p.32) é através dos conteúdos, disciplinas que escola transmite suas crenças culturais e valores que passam a serem vistas como bons e desejáveis para a sociedade como um todo.

No entanto, podemos considerar que a escola seja um ambiente saudável, em que possibilita o aluno a pensar sobre a sua identidade, pois é nesse meio em que os novos cidadãos estão sendo formados, assim corroboram Silva; Bento e Carvalho (2012) quando afirmam “[...] o sistema educacional pode e deve preparar os indivíduos para vivenciar a valorização da diversidade humana, tomando-a em sua devida dimensão-um dos maiores patrimônios da humanidade” (p.14). Assim, essa instituição como espaço privilegiado de análise e produção de conhecimento que deve subsidiar os alunos ao enriquecimento e sistematização de seus saberes, para que se tornem sujeitos capazes de interpretar o mundo que os cercam com um olhar crítico.

Contudo, para que se obtenha êxito nesse contexto, é necessário que se promova uma educação de qualidade com a participação e autonomia de professores nas devidas seleções de temas, conteúdos que integram o planejamento curricular, este talvez seja o maior desafio. Pois, existe um currículo oculto, de práticas não explícitas de modo formalizado. Neste circulam comportamentos silenciosos que acabam por interferir ou chegam a prejudicar a aprendizagem de alguns discentes, como observamos as afirmações abaixo:

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos alunos (as) uma pretensa a superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte (dos profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba

sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquia raciais (BRASIL, 2006, p.23).

Existe um tipo de currículo, que é constituído por todos os aspectos do ambiente escolar, mesmo sem fazer parte do currículo oficial está contribuindo de forma implícita (silenciosa), por exemplo, que o deve ser feito por meninas ou que devem ser feitos por meninos, os comportamentos estão introduzidos de maneira oculta, de forma disfarçada nos currículos escolares, assim como os currículos formam também pessoas obedientes e individualistas (SILVA, 2015).

Vários autores tentam descrever o que é um currículo. Sabemos que currículo é um termo bastante complexo de se definir e analisar. No entanto já se utilizavam o currículo sem mesmo se fazer uso da palavra específica currículo (SILVA, 2015). O currículo é uma ferramenta de orientação, que modela, organiza e seleciona os conteúdos para serem abordados, numa ordem classificatória de níveis, distribuídos para um público específico, com objetivos pré-estabelecidos (SACRISTÁN, 2013).

Devemos então aproveitar o currículo escolar, como possibilidades de fazer mudanças, essas que podem ser significativas na vida dos sujeitos. Incluir os conteúdos que abrange as relações étnico raciais. Os professores, por sua vez, podem criar vínculos de confiança e promover ações humanas e politicamente corretas. Devemos entender que a educação enquanto política pública promotora de programas sociais e desenvolvimento de inclusão, estão voltadas para o desenvolvimento humano (BRASIL, 2006).

Assim, conforme como define a Base Nacional Comum curricular (BNCC), podemos considerar os direitos para aprendizagem e desenvolvimento dos alunos em toda as modalidades da educação básica conforme prescrito na lei nº 9.394/96. Como podemos analisar algumas das competências gerais comum curriculares, onde trazem as seguintes declarações nos itens de nº 1,3,6, consideramos:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

3. Valorizar e fluir as diversas manifestações artísticas e culturais locais, as mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

6. Valorizar a diversidade [...] e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e

fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2016, p.7)

Os elementos do ambiente escolar que contribui para esses tipos de práticas educacionais, encontram-se diretamente ligada às relações sociais da escola, nas relações de professor e aluno e entre os próprios alunos. São nos espaços escolares que aprendemos alguns dos comportamentos sociais, tanto no espaço rigidamente organizado, como também pode ser um espaço mais livre e influenciador na aprendizagem de uma criança. De acordo com Martinazzo, Schmidt e Burg (2015, p.8) afirmam:

Para viver democraticamente numa sociedade plural é preciso conhecer e, sobretudo, respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. As regiões brasileiras apresentam características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural, muitas vezes, é marcada pelo preconceito e pela discriminação. Nesse contexto, as escolas têm o desafio de investir na superação da discriminação e promover o conhecimento da riqueza representada pela diversidade cultural que compõe a sociedade. É necessário, portanto, entender o que é a cultura e o que ela representa na vida de cada sujeito.

As intervenções podem ser pensadas nas estruturas e organizações dos currículos escolares. Compreender as especificidades, ressignificar o currículo de forma planejada coletivamente junto com a comunidade escolar, afim de definir ações educativas condizentes também com múltiplas culturas. Valorizar cada sujeito no sentido que:

[...] cada aluno é um ser único e, ao mesmo tempo múltiplo, e possui uma história no conjunto estrutural biológico, social e cultural em que vive. O meio no qual a criança está inserida é um fator condicionante e, muitas vezes, determinante na formação da criança e influencia na construção de sua identidade pessoal (MARTINAZZO, SCHMIDT, BURG, 2015, p.14).

Assim a proposta de uma inclusão nos currículos oficiais, os conhecimentos do continente africano e processo de diáspora, podemos trazer um referencial, um pertencimento étnico-racial da criança negra, para valorização da diversidade cultural na escola, ou seja, incluir a afrocentricidade nos currículos. Nesta perspectiva, partindo da centralidade dos povos africanos. Trazendo seus aspectos na “visão de mundo, filosofia, é, na realidade, sua cultura descrita e pelos sujeitos e sujeitas” (LIMA; VILLACORTA; LUÍZ, 2018, p.77).

Porém, não significa descartar os conteúdos existentes nos currículos vigentes, “mas a possibilidade de que todas as propostas sejam repassadas de maneira igual” (LIMA;

VILLACORTA; LUÍZ, 2018, p.75) Assim a criança pode identificar-se com qualquer outra cultura, a europeia ou cultura africana. Diferentemente das ideias disseminadas pelo currículo eurocentrado.

No que tange à educação, para que esta possa ser considerada afro centrada, é necessário reflexionar a importância de todas as pessoas na construção histórica, construir uma reflexão de que cada povo possui suas próprias visões sobre o meio social e tudo que este abrange e significa. Seria tentar desconstruir a visão de que conhecimento verídico e cultura são coisas advindas apenas do continente europeu, essas concepções, inclusive, promoveram toda uma série de preconceitos, homicídios, epistemicídios, e consequentes negações de identidade (LIMA; VILLACORTA; LUÍZ, 2018, p.78).

Assim apontam Lima, Villacorta e Luíz (2018) várias são as maneiras e práticas pedagógicas afrocentradas que podem ser inseridas nos currículos escolares, para que se efetive a Lei nº 10.639/03. Para que o sujeito (aluno/a) não venha sofrer com o processo de negação e preconceito por fazer parte de uma cultura inferiorizada, podemos considerar que:

No que diz respeito a Língua Portuguesa, respeitar os valores linguísticos dos povos africanos, por exemplo. Reconhecer suas línguas originais e não as tratar como “dialetos”, já seria um grande passo na sala de aula, além de avaliar os significados que algumas palavras e expressões possam ter[...]. A disciplina de História, por exemplo, pode contribuir grandemente no que diz respeito a expor a periodização africana sob a própria ótica africana e não embasada na periodização eurocêntrica. [...] além de mostrar o povo africano como protagonista da afro-diáspora e não coadjuvantes como mostra a História Eurocêntrica (LIMA; VILLACORTA; LUÍZ, 2018, p.81-82).

Contudo, pensar na inclusão dos temas que envolve questões étnico-raciais no currículo escolar, é pensar num currículo afrocentrado, onde os conteúdos são sistematizados a partir da valorização da população negra e processos de diáspora, para um reconhecimento e superação do racismo das desigualdades raciais ainda efetivados na base da educação de acordo com a Lei nº 10.639/03.

É preciso trabalhar a discussão da diversidade já na infância. Se a criança não for preparada desde cedo, dificilmente romperá com os preconceitos possivelmente presentes em seu meio e tenderá a repetir os padrões de discriminação que aprender. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo educador, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (SANTOS; COSTA, 2007, p.1-2).

Assim a exploração da cultura negra e a literatura africana no ensino infantil e fundamental, ajuda a valorizar as lutas e resistências da população negra no Brasil, ressignificar

a história que em outrora era contada a partir do viés do colonizador, agora desvendar uma verdadeira história, conhecer e potencializar a cultura de suas origens. Podemos então considerar que, “na condição de sujeito social é impossível imaginar o homem fora do contexto da sociedade em que se vive. Assim, o aluno que frequenta a escola traz consigo muitas informações e marcas do seu contexto cultural” (MARTINAZZO; SCHMIDT, BURG, 2015, p.14).

Segundo Oliveira (2019) para a educação das relações étnico-raciais é importante compreender a educação como um processo sem hierarquias, presentes nas relações de aprender-ensinar–aprender, há de certa forma um ciclo, onde a aprendizagem seja a partir de epistemologias não hegemônica, que dialoguem com a comunidade escolar de modo que evidenciem as lutas exercidas pela população negra sem julgamentos depreciativos e marginalizados.

Nesse sentido, espera-se que escola como espaço de diálogo e conhecimentos múltiplos, na promoção de aprendizagem, e respeitando as diferentes formas de expressão cultural, construídas a cada dia e que as novas descobertas sejam para todas as crianças em sua diversidade cultural, na valorização do ser, dignidade “sem que isso possa se traduzir em ameaças ou qualquer forma de preconceito e desrespeito à vida humana, independentemente de sexo, cor, gênero, credo, etnia, nacionalidade” (MARTINAZZO; SCHMIDT, BURG, 2015, p. 15).

Os professores e gestores escolares, por sua vez, ao ficarem atentos aos conflitos que possivelmente podem surgir nas falas depreciativas entre os alunos, nas brincadeiras excludentes, podem intervir de maneira positiva intermediando as questões raciais, ajudando a prevenir situações de preconceitos e discriminações. Desse modo estarão contribuindo para um espaço igualitário e multicultural para que haja de fato democracia racial.

#### **CAPÍTULO 4: AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CULTURA NA EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL.**

Neste capítulo iremos socializar algumas de nossas experiências a partir das intervenções pedagógicas enquanto bolsista do PIBID. A primeira a foi realizada com auxílio do livro “Zica, A menina que viu o Ere”. O livro de autoria da Profa. Dra. Rebeca Meijer. O

livro conta a história de uma menina que sofria com a discriminação racial na escola. Ela percebeu que sua cor de pele e seus cabelos não eram valorizados e não vistos como sinônimos de beleza, assim era na escola como também em outros lugares. A menina não se identificava com os personagens da TV e nem as histórias infantis, não via pessoas negras em papel de destaque e isso a incomodava muito. Zika nunca era elogiada. Até que um dia foi transportada para um outro mundo e pôde moldar a sua identidade e se reconhecer-se como pessoa negra, conheceu as belezas do mundo africano e o encanto dos orixás. Nessa aventura recebeu uma grande missão: se tornar uma professora para combater a forma de racismo e discriminação racial na que encontrava na escola.

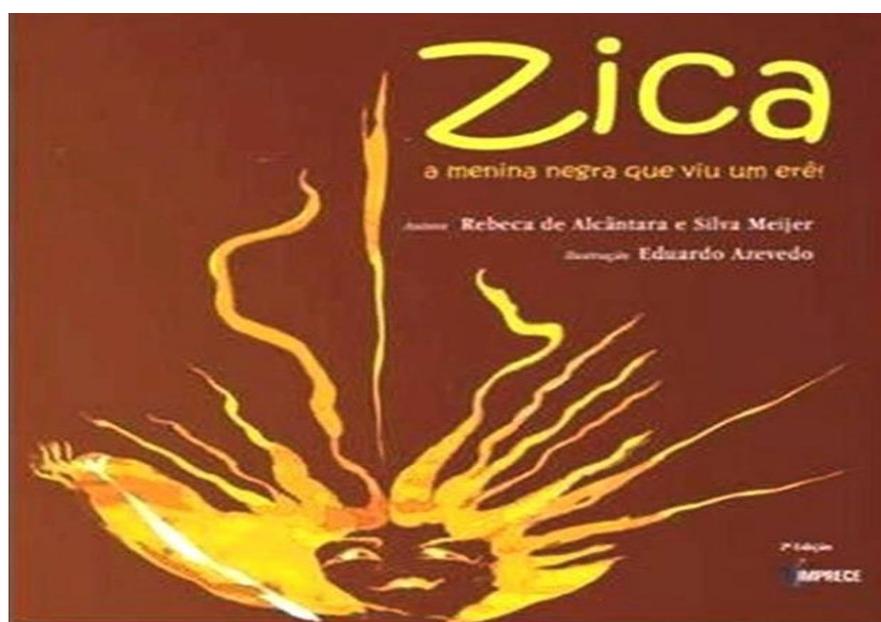


Figura 1/ Fonte: Google Zica a menina que viu um erê!

Esta atividade foi desenvolvida logo no início do programa, aproveitamos o momento para explorar o livro que tinha como personagem principal menina negra, e falar um pouco da autora do livro, na ocasião fizemos uma leitura compartilhada e depois interpretação da história. Pedimos para que os alunos falassem como eles se viam, se eram brancos ou negros. Foi onde algumas delas afirmaram “Já vi pessoas negras em minha cidade” e outra disse “Não sou negra, agente é morena”. Ou seja, os alunos não se veem como pessoas negras, dando sequência a atividade pedida, foi a tarefa para eles reescrevessem um final para a história, de modo que eles se colocassem no lugar de Zica e pensar em outro final.

Outra intervenção foi realizada com auxílio da obra literária afro-brasileira, “Falando Banto” de autoria de Eneida Duarte Gaspar. O livro contém uma série de textos em palavras

bantas, assim foi possível realizar atividades interpretativas e discussões sobre as influências e as contribuições das culturas bantas em nossa língua portuguesa no Brasil, as quais possibilitaram a percepção da singularidade na construção do português brasileiro, diferente de Portugal, ou seja, dos falares africanos no Brasil. Nessa atividade, socializamos um pouco da história dos povos Bantos, na qual nos trazem referências presentes em nossa cultura, através de povos que atravessaram o Atlântico, vale ressaltar que esses povos que aqui chegaram, não vieram apenas em condições de escravizados, mas também vieram reis e rainhas africanos (as). A qual foi trabalhado com todo o cuidado, em virtude de não aumentar os estereótipos e marcas deixadas pela escravidão.

Após a exploração do livro, podemos desenvolver atividades de interpretação de um texto específico “A batucada”, as palavras bantas e seus significados com o uso de dicionário banto, assim à medida que os estudantes iam procurando os significados das palavras, construía um novo texto. Também foram explorados os tipos de instrumentos e gêneros musicais que o texto apresentava, como o Samba e Carimbó. Ensaíamos juntos com os alunos alguns passos da dança do gênero musical que apareceu no texto e no segundo horário, depois do recreio, os alunos puderam vivenciar e mostrar os passos que aprenderam durante a culminância na escola que reuniam outras turmas para socializarmos as ações do PIBID.

O que nos chamou atenção foi como os estudantes se mostravam atentos às explicações e se dispuseram a participar, inclusive na dança. Pois sabemos que na fase da pré-adolescência a qual os alunos/as se encontravam, em algumas atividades se mostraram resistentes a não quererem participar. É importante reafirmar a origem da nossa sociedade brasileira, com diversas culturas para além da europeia, algo que nos é imposto, desde os primeiros contatos com ambiente escolar. Temos que reconhecer a contribuição de vários povos com diferentes etnias que vieram para Brasil, na qual trabalharam arduamente na construção de nosso país.

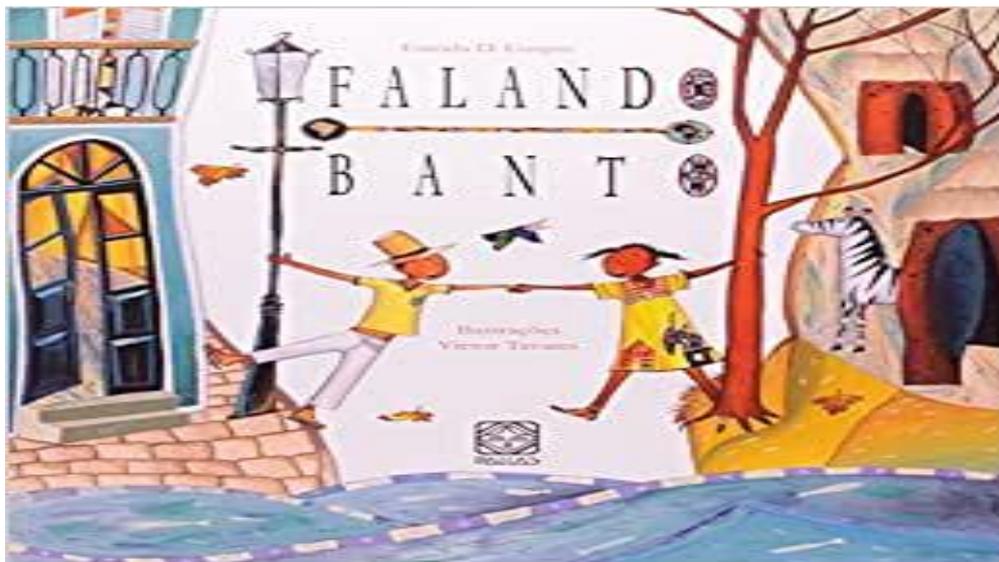


Figura 2/ fonte: Google-livro Falando Banto-usado na intervenção.

A outra intervenção foi realizada a partir do livro “O boi da cara de todas as cores”, começamos a aula partir de uma roda de conversa com os alunos, com predição sobre o tema, no mês de agosto se comemora o folclore, assim a intervenção foi pensada em um tema que fazia parte do cotidiano escolar, perguntado aos alunos o que eles conheciam ou se ouviram sobre a história do boi, alguns alunos responderam que sim, e disseram que alguns faziam parte do grupo que participa da dança do boi naquela região. Pedimos para eles contassem a história do boi, a atividade desenvolvida foi do tipo exploratória e expositiva, com as discursões e interpretação do vídeo que contava a história do Boi<sup>18</sup>.

Na história aparece participação de vários povos, como os indígenas, o homem branco e o negro, ou seja, a manifestação cultural traz a representatividade dos povos com as tradições africanas, indígenas e europeias. Em seguida foi apresentado o livro “O boi da cara de todas as cores” da autora Clarisse Ilgenfritz. Desse modo foi possível trabalhar de forma lúdica na desconstrução do estereótipo do boi que sempre aparece nas histórias e lendas na cor preta. Fizemos exposições com auxílio do projetor, foi apresentada várias imagens de festas populares do Brasil entre elas do carnaval, quadrilha e Boi Bumba.

Fizemos a abordagem sobre a origem da lenda do Boi Bumba, depois foi a contação da estória trazendo de forma lúdica e musical a nova versão do boi da cara preta para o boi da cara

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQ7ma59SBn8>.

de todas as cores. Esta é uma obra literária que traz uma versão diferente da que costumamos ouvir. “Boi, boi, boi, ... boi da cara preta, pega este menino que tem medo de careta!”.

A autora traz a cada estrofe, uma rima e apresenta uma cor diferente para o boi. Logo depois realizamos uma oficina para confeccionar o boi de todas as cores, e assim puderam colori-los da cor que preferissem. Depois do recreio, os alunos trouxeram o boi que já existe na comunidade local para vivenciar junto com a comunidade escolar, foi socializado a lenda conhecida por várias gerações.

Durante a atividade proposta, pudemos perceber que muitos alunos não conheciam a verdadeira origem da lenda do boi bumba, pois, a lenda explorada trata da cultura de vários povos. A partir dessa intervenção foi possível contribuir com o fortalecimento e resgate cultural. Um patrimônio pertencente a comunidade, apresentado pela dança do boi. Assim foi possível colaborar para a desmitificação negativa da lenda.

De acordo com Braga (2002) os aspectos incorporados pelas danças populares, apresentam fenômeno cultural predominante em diferentes regiões do Brasil de caráter lúdico e simbólicos, questões ambivalentes entre os descendentes de categorias étnicas que contribuíram para a história de nosso país.

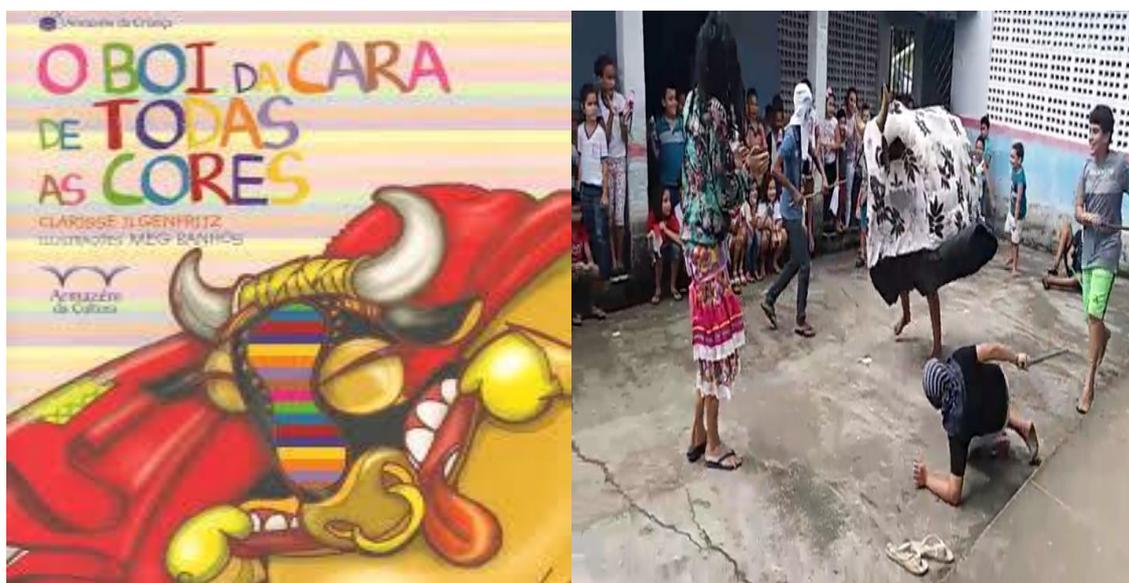
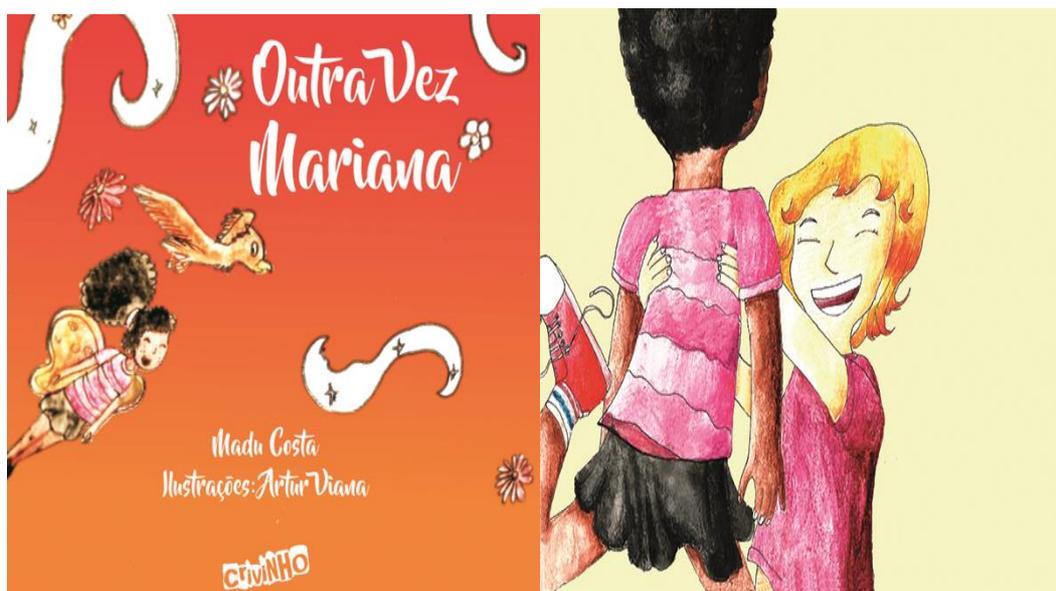


Fig. 3/ fonte: Google: o livro: O boi da cara de toda as cores Foto4 / arquivo pessoal: intervenção Bumba meu boi.

Nesta intervenção fizemos o uso de uma obra literária “Outra vez Mariana” da autora negra Madu Costa. O livro conta a história de Mariana, menina que era sempre repreendida pela professora por causa do cadarço do seu tênis, que estava sempre desamarrado. Mas na verdade o que a menina mais queria era ser notada, queria afeto por parte da professora e sonhava com um abraço dela.

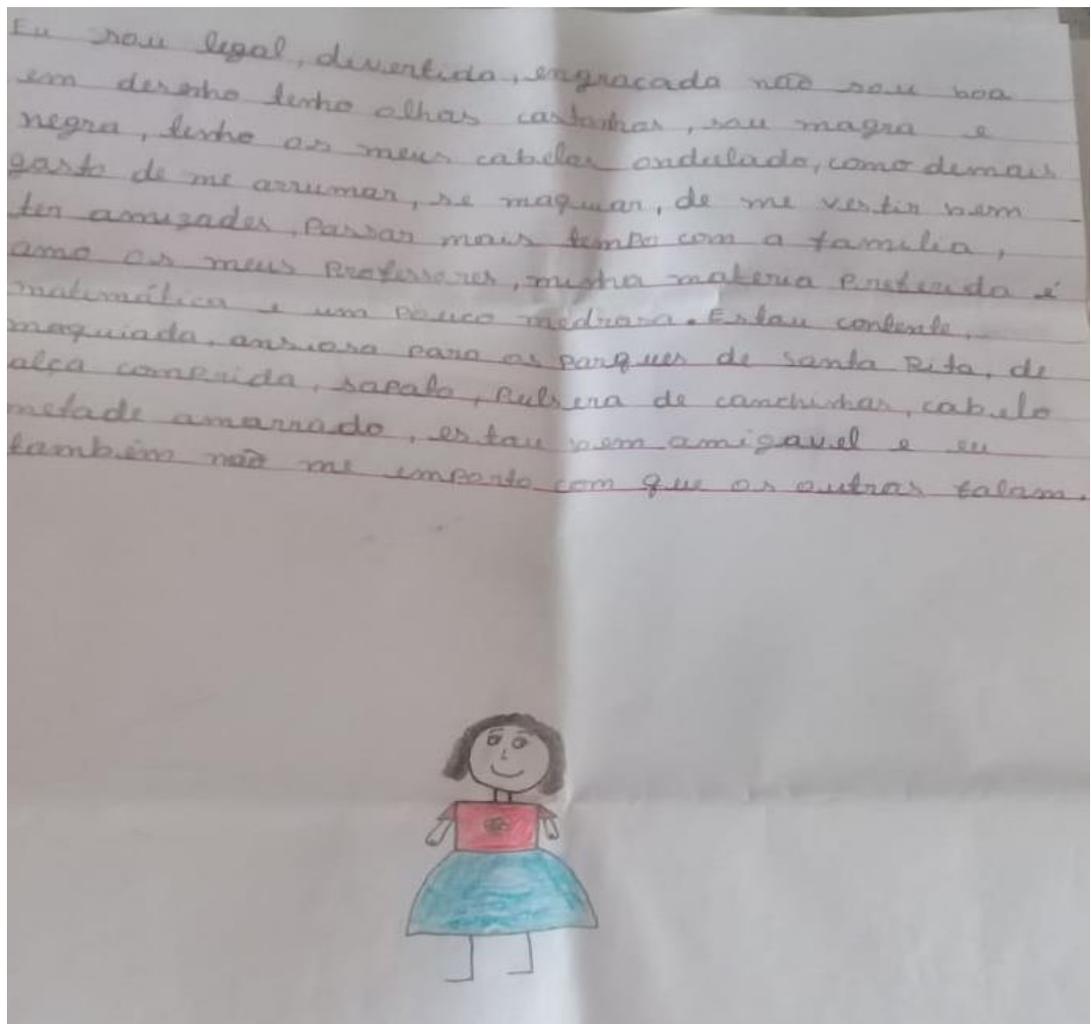
Figura 3 e 4/ Google o livro outra vez Mariana



A principal personagem da história é uma menina negra, que gostava de escrever e desenhar, queria ser notada pela professora. Já a professora, era uma pessoa branca, que vivia a dar broncas em Mariana por causa do cadarço desamarrado. Um dia Mariana pensou em uma solução para chamar a atenção da professora, preparou uma surpresa em sua casa, fez um desenho em forma de embrulho, só que amarrou o embrulho com o cadarço do tênis, e entregou a professora que quando abriu, entendeu a mensagem. Suspendeu-a do chão dando-lhe um abraço. Com isso, o abraço passou a ser rotina para todos daquela turma.

A intervenção começou com a leitura da história, depois a exploração do livro, a capa e autora, que no caso foi destacado os aspectos físicos da autora e personagens, como também os locais onde acontece a história. Depois a atividade seguiu com a seguinte tarefa: cada aluno confeccionou uma cartinha para um colega de sala, nela havia contido as características físicas e emocionais, ou seja, como eles/as estavam se sentindo naquele momento, e assim a pessoa que ganhasse a cartinha teria que adivinhar quem a escreveu.

Separamos as seguintes cartinhas para análise.



*Imagem 5/acervo pessoal- produção cartinha com desenho autorretrato, 5º ano, 2019.*

Eu sou legal, divertida, engraçada, não sou boa em desenho. Tenho olhos castanhos, sou magra e negra. Tenho meus cabelos ondulados, como os demais, gosto de me arrumar, se maquiar, de me vestir bem. Ter amigas, passar mais tempo com a família. Amo meus professores, minha matéria preferida é matemática e um pouco medrosa. Estou contente, maquiada, ansiosa para os parques de Santa Rita. De calça comprida, sapato, pulseira de conchinhas, cabelos metade arrumado, estou bem amigável e eu também não me importo com que os outros falem.

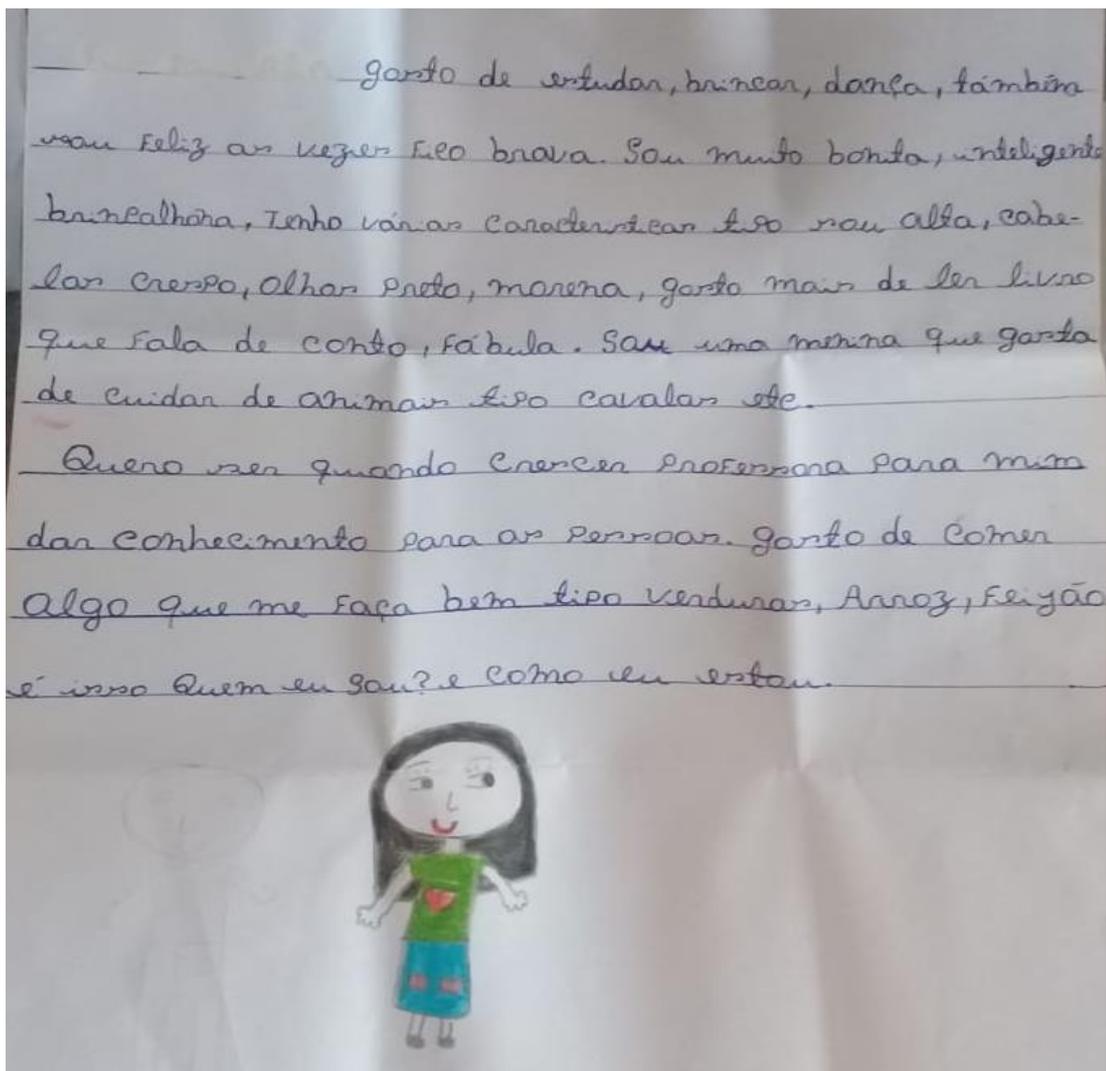


Imagem 6/ Acervo pessoal- produção autorretrato-5º ano, 2019.

Gosto de estudar, brincar, dançar, também sou feliz, as vezes fico brava. Sou muito bonita, inteligente, brincalhona. Tenho várias características tipo sou alta, cabelo crespo, olhos pretos, morena, gosto de ler livros de contos, fábula. Sou uma menina que gosta de cuidar de animais tipo cavalos, etc. quero ser quando crescer professora dar conhecimentos para as pessoas. Gosto de comer algo que me faça bem tipo verduras. Arroz, feijão. É isso que sou e como eu estou.

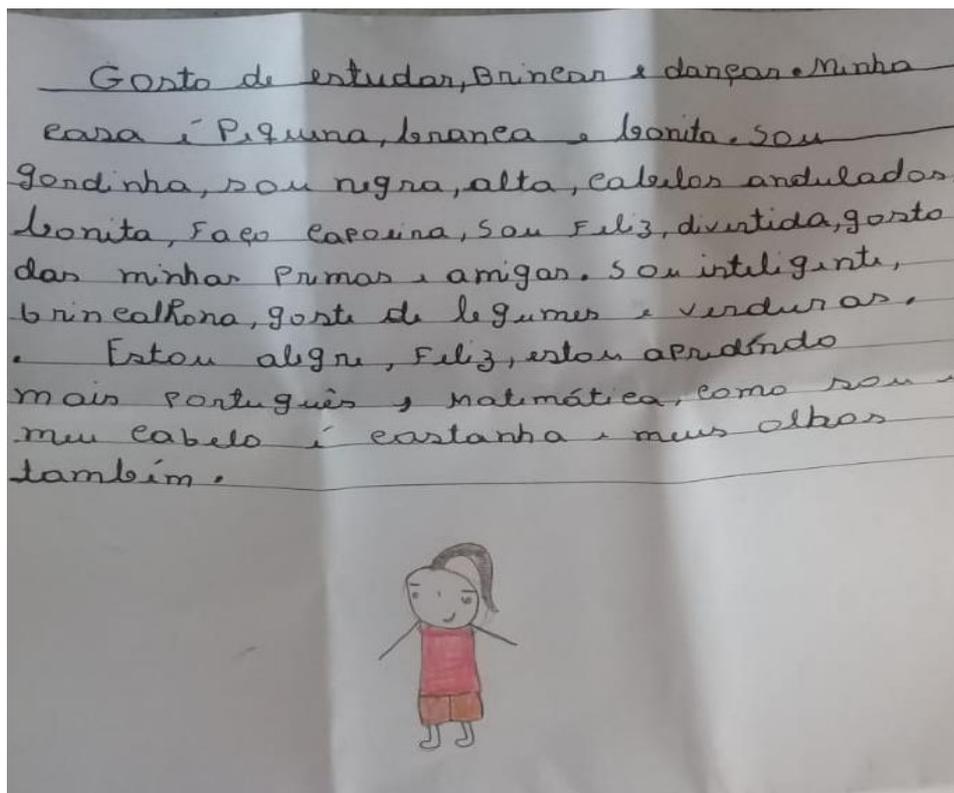


Imagem 7/ acervo pessoal /autorretrato de alunas do 5º ano, 2019.

Gosto de estudar, brincar e dançar. Minha casa é pequena, branca e bonita. Sou gordinha, sou negra e alta, cabelos ondulados, bonita, faço capoeira, sou feliz, divertida, gosto das minhas primas e amigas. Sou inteligente, brincalhona, gosto de legumes e verduras. Estou alegre, feliz, estou aprendendo mais português e matemática, como eu sou, meus cabelos é castanho e meus olhos também.

Ao analisar as produções dos alunos/alunas durante as atividades, nas construções das suas autoimagens e fazendo as comparações das descrições escritas na maneira em que se apresentam, percebemos um pertencimento racial, embora alguns/algumas se representam com cabelos lisos, sabemos que esse é um processo lento, que acontece gradativamente. Por isso podemos ver que o quanto é importante trabalhar conteúdos que tenham significados para a vidas dos sujeitos aproveitar o espaço para fortalecer as identidade e autoafirmação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que para um ensino igualitário, é preciso um trabalho amplo e aprofundado em várias temáticas, explorar um campo diverso, e no mesmo tempo poder ser prazeroso, de forma lúdica, que desperte no aluno (a) o interesse em aprender, e trazer

significado para a sua vida. Mas para que isso aconteça, é necessário a participação da família e toda a comunidade escolar no processo ensino- aprendizagem e formação humana.

O trabalho de conclusão de curso teve como tema: A literatura africana e afro-brasileira e suas contribuições para um reconhecimento identitário e cultural na educação étnico racial. Após minhas reflexões ao longo do curso, nas disciplinas, e minhas atuações enquanto bolsista do PIBID, partindo também de minhas vivências enquanto estudante em escolas públicas, este contato me fez perceber o quanto seria importante as intervenções voltadas para essa temática de modo que viesse contribuir junto a escola na construção e reconhecimento daqueles alunos.

Por entender que a escola, depois da família, é o lugar onde começa a construção da identidade da criança na qual é formada através de vários processos sociais, e as influências desempenham papel importante, auxilia na maneira do sujeito interpretar o mundo, na dimensão exterior para se concretizar no conceito de si mesma, se torna imprescindível que a escola, assim como os professores propiciem um ambiente democrático, pautando temas como a diversidade, pluralidades, respeito às diferenças, promovendo como resultado a autonomia dos alunos.

A identidade da criança é construída através de mediações, influenciadas pelas relações sócias, e por meio de diálogos. E a escola sendo um dos principais mecanismos que agrega essas relações. Por isso é importante o olhar sensível por parte do trabalho docente, quanto na escolha do conteúdo didático, este quando bem selecionado, estabelece mediações entre o real e o ficcional e contribui para o imaginário das crianças negras, abrindo espaços para sonhar e quem sabe viver o que muitas vezes lhes são negadas cotidianamente. Podemos assim afirmar que a literatura africana e afro brasileira pode ser utilizada dentro dessa perspectiva.

Falamos assim porque em algumas escolas de ensino regular, públicas ou particulares há uma predisposição para o uso dos chamados clássicos que trazem os personagens brancos, deixando de lado toda uma realidade que existe em seu entorno (ambiente escolar). Assim algumas escolhas podem contribuir para o aumento de práticas de preconceito raciais, daí convém aos pedagogos/as incluir temáticas de modo interdisciplinar e que valorize os conhecimentos que trazem cada aluno, contribuindo assim para formação para diálogos e opiniões, afim de formar cidadãos críticos e reflexivos.

Assim no decorrer deste trabalho, analisamos as contribuições da literatura africana-afro-brasileira na formação identitária de crianças do ensino fundamental I, de uma escola rural no município de Redenção, Ceará.

A proposta de agregar a literatura africana e afro brasileira para educação étnico-raciais, como práticas de leituras e escritas, é também um modo de implementar a Lei nº 10639/03, que traz a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do Brasil. Demandas da aprendizagem e fruto da conquista das lutas travadas incessantemente ao longo dos tempos pela população, de modo mais organizado (os movimentos negros), povos que contribuíram para formação social e econômica do nosso País. Trazer possibilidades de aprimoração de práticas pedagógicas voltadas para uma visão positivas da história e cultura dos povos negros afro-brasileiros, de modo a se fazer presente no cotidiano escolar na etapa de educação básica torna-se de suma importância.

Desse modo, a proposta da implementação da Lei nº 10639/03, não se refere a abordar as contribuições do negro apenas no dia 20 de novembro, as propostas didáticas que incluam a temática das relações étnicos raciais e culturais, como também dar visibilidade aos povos indígenas e sua cultura não apenas em um dia específico, como está no calendário escolar. É preciso refletir a maneira como se dão as abordagens desses temas, caso contrário só estaríamos aumentando os estereótipos ainda muito presentes. Toda via, é preciso um olhar atento e fazer um trabalho contínuo, a qual a literatura africana e afro-brasileira nos dar esse aporte.

Somar a literatura africana e afro-brasileira aos conteúdos já existentes nos currículos escolares, é permitir ao aluno que adquira conhecimentos sobre a diversidade, relações étnicas raciais, conhecer culturas outras, contribui de forma significativa na construção da identidade da criança negra, proporcionando autoestima e autoafirmação enquanto pertencente a população negra, e ao mesmo tempo, possibilitar um ambiente acolhedor, trazendo –lhes a compreensão do mundo através dessa literatura.

As obras literárias africanas e afro brasileiras trazem uma produção em que seus escritores negros e escritoras negras se retratam em suas escritas, trazem suas subjetividades negras, falam de seus sentimentos, lutas e conquistas, são escritas em formas de denúncias, desabafo e resistências, de um povo ora subalternizado, que sempre lutou por seus direitos e por reconhecimento, na valorização da sua identidade cultural.

As questões das relações étnico raciais devem ser exploradas ainda na infância, para que desde cedo as mesmas tenham noções de respeito as diferenças, aprendam a conviver com as diferenças, saibam aceitar as escolhas dos outros, assim são oportunidades para combater os discriminações e estereótipos presentes no ambiente escolar e posteriormente contribuir para uma sociedade antirracista.

A literatura africana e afro-brasileira como prática pedagógica promotora da educação das relações étnico-raciais, traz a valorização e visibilidade do povo negro, agora inserido de modo positivo, não de forma estereotipada, mas trazer reconhecimento aos povos que resistiram a escravidão não de maneira passiva. Povos que ajudaram na formação do nosso país e contribuíram também de forma cultural, pois, os costumes e memórias advindas de África encontram-se entrelaçadas nas várias dimensões da sociedade brasileira e que pertence a todos, independentemente de raça, cor ou etnia.

Durante as intervenções, foi possível analisar a literatura africana e afro-brasileira de maneira a ser uma ferramenta potente na valorização da identidade racial e cultural. Perceber as motivações dos estudantes enquanto interagem a cada atividade desenvolvida em sala de aula, diante das obras literárias exploradas, nas ilustrações e imagens que traziam os personagens negros como protagonistas, assim como desmitificações negativas relacionada ao continente Africano e sua cultura.

Foi identificado um pertencimento racial, algo que ficou explícito nas falas quando ele/elas se auto afirmavam negros/as nos desenhos de autorretratos, quanto também ao uso do lápis de tom escuro nas pinturas e não mais o “ lápis cor de pele” como antes era de costume, o que nos chamou atenção também, foi o despertar no interesse de professoras pela temática, quando as mesmas não se posicionavam como pertence a essa população negra e a partir das intervenções, se mostravam como exemplos nos trabalhos em sala.

Esperamos que a partir do trabalho realizado, possamos ter contribuído para um enfrentamento do preconceito racial dentro do ambiente escolar, também propiciando autorreflexões positivas na vida desses sujeitos, de maneira que os mesmos sejam capazes de se auto identificarem, se afirmarem enquanto pertencente a população negra e que possibilite um resgate da sua identidade e ancestralidade.

Consideramos que há um grande caminho a avançar no que se refere ao campo de investigação das relações étnicas raciais, portanto, um campo amplo fértil de trabalho para

serem desenvolvidos por outros pesquisadores que também que se interessem em contribuir nessa temática.

## 5 REFERENCIAS

ARAÚJO, Debora Cristina; DIAS, Lucimar Rosa. Vozes de criança pretas em pesquisa e na literatura: esperar é o verbo. Educação e realidade, porto Alegre, v.44, n.2, 2019.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. História da Educação, v. 18, p. 99-127, 2014. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação; Orientações e ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 11 de dez. 2019.

COSTA, M. Outra vez Mariana. Artur Viana (ilustrador), Editora Crivinho, 2009.

CUTI, Literatura negro-brasileira. São Paulo: Selo Negro (coleção consciência em debate/coordenada por Vera Lucia Benedito) 2010.

DOMINGOS, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

DUARTE, A, E. Por um conceito de literatura afro-brasileira; Terceira Margem, Rio de Janeiro, n 23, p.113-138, jul. /dez. 2010.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GASPAR, E, D. Falando banto. Pallas Editora; 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; Métodos de pesquisa coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, N, L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão; 2002.

\_\_\_\_\_. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan. /jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Relações étnico-raciais educação e descolonização dos currículos. Currículos sem fronteiras, v.12, n.1, pp.98-100, 2012.

GONÇALVES, L, A, O; SILVA, P, B, G. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação, n 15, p.134-158, set/dez 2000.

ILGENTEFRITZ, C. O boi da cara de todas as cores. Fortaleza- Ce; editora: Armazém da cultura, 2012.

LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela Macambira; LUÍZ, Janílson M. Pesquisas e Fazeres Pedagógicos interdisciplinares em Educação das Relações Étnico-Raciais. N'Ubuntu em Revista, Vol. 2 | n. 4/ jul /dez- Acarape, 2018.

MENEZES, Valquíria Borges de. O papel da literatura infantil afro-brasileira na construção identitária das crianças negras. 2017. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. Negro Intelectual, Intelectual Negro, ou Negro Intelectual: Considerações do processo de constituir-se negro intelectual. São Carlos: UFSCar, 2014, 207f.

RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Marcio; Cadernos Negros: três décadas: ensaio, poemas. Quilombhoje: Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, São Paulo, 2008.

SACRISTÀN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÀN, José Gimeno (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS et al, Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira, Secretaria de educação a distância, Ministério da educação, 2006.

SANTOS, A, O. COSTA, O, H. Educação das Relações Étnico raciais na Educação infantil: Implementação da lei 10.639/03. In: III Seminário Racismo e Educação, Uberlândia: Universidade de Federal de Uberlândia, 2007.v. I.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval, Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas; Psicologia USP, 2006, 17(2), 11-41.

SARMENTO, M. J. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: Crianças e Miúdos: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004.

SENADO Federal, LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

SILVA Jr, Hédio, BENTO, Maria Aparecida Silva, CARVALHO, Silvia Pereira de. Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial. Centro de estudos das relações de trabalho e desigualdades- Ceert. Instituto Avisa lá- formação continuada de educadores São Paulo, 2012.

SILVA, S, A. M, a cultura afro-brasileira no currículo experiências docentes na rede estadual de ensino de Florianópolis, trabalho de conclusão de curso, Centro universitário são José, USJ, São José, 2015.

SILVA, T, T; Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo. 3 ed; 7. Reimp. Belo Horizonte: Autentica editora, 2015.

MACHADO, Hilka Vier. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. Rev. adm. Contemp; Curitiba, v. 7, n. spe, p. 51-73, 2003.

MARTINAZZO, C, SCHMIDT, A, & BURG, C. (2015). Identidade e Diversidade Cultural no Currículo Escolar. Revista Contexto & Educação, 29(92), 4-20.

MEIJER, R, A, S. Zica: a menina que viu um erê; Eduardo Azevedo (ilustrador) Fortaleza: imprece, 2015.

MOURA, D.C; GUIMARAES, E.S; DANTAS, R, M. Literatura africana e afro-brasileira na educação infantil: reflexões sobre a construção da identidade das crianças negras. In: Dayse Cabral de Moura. (org) Educação e relações raciais em escolas públicas: o que indicam as pesquisas? 1ed. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2013, v.1, p.149-174.

MULLER, T, M, P; CARDOSO, L. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1.ed. Curitiba: Appris, 2017.

WALSH, Catherine. “Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: insurgir, re-existir e re-viver”. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.